



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **N.º 90, DE 2022**

**(Do Sr. André Figueiredo)**

Susta as portarias MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, RFB nº 849, de 13 de maio de 2020, e RFB nº 167, de 14 de abril de 2022, que dispõem sobre o compartilhamento de dados da Receita Federal do Brasil com terceiros.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PDC-960/2018.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2022**  
**(Do Sr. André Figueiredo)**

Susta as portarias MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, RFB nº 849, de 13 de maio de 2020, e RFB nº 167, de 14 de abril de 2022, que dispõem sobre o compartilhamento de dados da Receita Federal do Brasil com terceiros.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Ficam sustadas, nos termos do inciso V do artigo 49 da Constituição Federal, as portarias MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, e RFB nº 167, de 14 de abril de 2022, que dispõem sobre o compartilhamento de dados da Receita Federal do Brasil com órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dos demais Poderes da União e terceiros.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

As portarias em questão se propõem a terceirizar o tratamento de dados de pessoas físicas e jurídicas, bem como dados fiscais de propriedade da Receita Federal, hoje em poder do SERPRO, claramente exorbitando o poder regulamentar do Governo Federal, em dissonância com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional (CTN).

Os termos do compartilhamento das informações pessoais constante nos textos das Portarias carecem de transparência para o cidadão. Importa salientar que a Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, estabeleceu uma série de regramentos que órgãos governamentais, empresas e outras instituições atuantes no



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226683844700>



Brasil deverão seguir, para permitir que o cidadão tenha mais controle sobre o tratamento que é dado às suas informações pessoais.

O compartilhamento de dados tratados pela Receita Federal do Brasil com quaisquer outras entidades, inclusive órgãos do âmbito federal carrega uma grande incompatibilidade com os princípios norteadores das atividades de tratamento de dados estabelecidos pela LGPD, notadamente o **princípio da finalidade**, que preconiza que: "a realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades".

As normas também violam tanto o inciso X do artigo 5º da Constituição Federal, que tratou de proteger a privacidade do indivíduo, quanto a LGPD, ao retirar do cidadão o poder sobre suas próprias informações. Após o último ato, dados poderão ser repassados pelo SERPRO para empresas que ninguém sabe quais são, o que fazem com eles, sem nenhum consentimento dos titulares, inclusive sem nenhuma anuência prévia da RFB.

O conjunto de portarias, ao permitir a transferência, para terceiros, de dados de NF-e (Notas fiscais eletrônicas) e outros documentos de domínio fiscal relativos a empresas e consumidores, também violam claramente o Art. 198 do CTN, já que abrem informações que permitem identificar a situação econômica ou financeira e a natureza e o estado de seus negócios e atividades.

Destacamos, ainda, que o que o governo coloca em prática pode tornar tais dados bastante vulneráveis e provocar, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação de dados pessoais, ou até mesmo o acesso não autorizado.

Diante do exposto, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Plenário, em        de abril de 2022

**Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226683844700>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

**PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

**TÍTULO II  
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO I  
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas,

assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei

brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou

associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á *habeas data*:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. ([Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. ([Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022](#))

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015](#))

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. ([Parágrafo único acrescido pela Emenda](#)



Constitucional nº 114, de 2021)

.....

.....

## **PORTARIA Nº 457, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016**

Dispõe sobre a disponibilização de acesso, para terceiros, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, a dados e informações que hospeda, para fins de complementação de políticas públicas.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica o Serviço Federal de Processamento de Dados Serpro, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, autorizado a disponibilizar para terceiros acesso a dados e informações que hospeda, nos termos desta Portaria.

§ 1º Os dados e informações de que trata o caput referem-se àqueles hospedados no Serpro, no âmbito de seus contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação junto a órgãos públicos e entidades integrantes da Administração Pública Indireta.

§ 2º A disponibilização de acesso a dados e informações destina-se à complementação de políticas públicas, voltadas ao fornecimento de informações à Sociedade, através de soluções tecnológicas complementares às oferecidas pelos órgãos públicos e entidades integrantes da Administração Pública Indireta.

Art. 2º São condições para a disponibilização do acesso aos dados e informações:

I - anuência do órgão ou entidade, atestando não identificar risco institucional e/ou risco ao sigilo individual da pessoa física ou jurídica a que se referem os dados e informações;

II - o acesso aos dados e informações de uma pessoa física ou jurídica só poderá ser disponibilizado para ela ou à sua ordem, ou a órgãos e entidades que legalmente possam acessá-los; e

III - a disponibilização de dados agregados deverá impedir a identificação da pessoa física ou jurídica a que se referem as informações.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, a pessoa física ou jurídica deverá identificar inequivocamente o destinatário autorizado a receber os dados e informações.

Art. 3º. O Serpro será remunerado diretamente pelos terceiros, usuários da solução de disponibilização de dados e/ou informações, de modo a ressarcir os valores necessários à sustentabilidade dos sistemas informatizados envolvidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

## **PORTARIA Nº 2.189, DE 6 DE JUNHO DE 2017**

Autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados a disponibilizar acesso, para terceiros, aos dados e informações que especifica.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovada pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, autorizado a disponibilizar para terceiros, nos termos da Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, acesso a dados e informações sob gestão da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) constantes do Anexo Único a essa Portaria.

§ 1º A disponibilização de acesso a dados e informações destina-se à complementação de políticas públicas, voltadas ao fornecimento de informações à Sociedade, através de soluções tecnológicas complementares às oferecidas pela RFB.

§ 2º Os dados e informações apenas serão disponibilizados mediante a apresentação do argumento de consulta estabelecido no Anexo Único, para cada conjunto de dados e informações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

### ANEXO ÚNICO

1. Cadastro de Pessoas físicas - CPFa. Argumentos de consulta i. Número do CPFb. Dados e informações de resposta i. Número do CPFii. Nomeii. Situação (código e descrição)2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ a. Argumentos de Consulta i. Número do CNPJb. Dados e informações de resposta i. Número do CNPJii. Data de Abertura

iii. Nome Empresarialiv. Nome Fantasiav. CNAE Principal (código e descrição)vi. Natureza Jurídica (código e descrição)vii. Endereço (logradouro, número, complemento, CEP, bairro, município, UF)viii. Situação Especialix. Situação Cadastral (código, descrição, data, motivo)x. Tipo Estabelecimentoxi. Correio Eletrônicoxii. Capital Socialxiii. Portexiv. Telefones (DDD, Número)xv. Órgãoxvi. Nome Órgãoxvii. Ente Federativo3. Nota Fiscal Eletrônica - NF-ea. Argumentos de consulta i. Chave da NF-eb. Dados e informações de resposta i. Informações da Nota Fiscal i. /TNFe - Tipo Nota Fiscal Eletrônica ii. /TNFe/infTNFe - Informações da Nota Fiscal eletrônica iii. /TNFe/infTNFe/ide - Identificação da NF-eiv. /TNFe/infTNFe/emit - Identificação do emitentev. /TNFe/infTNFe/avulsa - Emissão de avulsa informar os dados do Fisco emitentevii. /TNFe/infTNFe/dest - Identificação do Destinatário viii. /TNFe/infTNFe/retirada - Identificação do Local de Retirada, ix. /TNFe/infTNFe/entrega - Identificação do Local de Entrega x. /TNFe/infTNFe/autXML - Pessoas autorizadas para o download do XML da NF-ex. /TNFe/infTNFe/det - Dados dos detalhes da NF-exi. /TNFe/infTNFe/total - Dados dos totais da NF-exii. /TNFe/infTNFe/transp - Dados dos transportes da NF-exiii. /TNFe/infTNFe/cobr - Dados da cobrança da NF-exiv. /TNFe/infTNFe/pag - Dados de Pagamento.xv. /TNFe/infTNFe/infAdic - Informações adicionais da NF-exvi. /TNFe/infTNFe/exporta - Informações de exportação xvii. /TNFe/infTNFe/compra - Informações de compra xviii. /TNFe/infTNFe/cana - Informações de registro aquisições de cana Eventos da Nota Fiscal xix. /envEvento - Schema XML de validação do lote de envio do Evento xx. /envEvento/idLote xxi. /envEvento/evento xxii. /envEvento/evento/infEvento/cOrgao - Código do órgão de recepção do Evento xxiii.

/envEvento/evento/infEvento/tpAmb - Identificação do Ambientexxiv.  
 /envEvento/evento/infEvento/CNPJ - Número CNPJxxv. /envEvento/evento/infEvento/CPF -  
 Número CPFxxvi. /envEvento/evento/infEvento/chNFe - Chave de Acesso da NFevinculada ao  
 eventoxxiv. /envEvento/evento/infEvento/dhEvento - Data e Hora do Eventoxxiv.  
 /envEvento/evento/infEvento/tpEvento - Tipo do Evento

xxix. /envEvento/evento/infEvento/nSeqEvento - Sequencial do evento para o mesmo tipo de  
 eventoxxi. /envEvento/evento/infEvento/verEvento - Versão do Tipo do Eventoxxi.  
 /envEvento/evento/infEvento/detEvento - Detalhes do evento Tipos de evento da nota  
 fiscalxxii. Evento de Cancelamentoxxiii. Evento de Carta de Correçãoxxiv. Eventos de  
 Manifestação do Destinatárioxxv. Eventos da Suframa (Vistoria/Internalização)xxvi.  
 EPECxxvii. Eventos de Pedido de Prorrogação de Prazoxxviii. Eventos do Fisco em  
 Resposta ao Pedido de Prorrogaçãoxxix. Evento de Averbação

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

## **PORTARIA RFB Nº 849, DE 13 DE MAIO DE 2020**

Altera a Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica.

*(Vide Portaria RFB nº 167, de 14 de abril de 2022)*

*(Vide Portaria RFB nº 167, de 14 de abril de 2022)*

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º O Anexo Único da Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, passa a vigorar com o texto do Anexo Único desta Portaria. swap\_horiz

Art. 2º A Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º [...]"

§ 3º A autorização para disponibilização de acesso ao conjunto de dados e informações relativos à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) por terceiros fica revogada a partir do dia 1º de julho de 2020." (NR) swap\_horiz

Art. 3º Fica revogada a Portaria RFB nº 519, de 18 de março de 2020. swap\_horiz

Art. 4º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

## ANEXO ÚNICO

1. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF
  - a. Argumentos de consulta
    - i. Número do CPF
  - b. Dados e informações de resposta
    - i. Número do CPF
    - ii. Nome
    - iii. Situação (código e descrição)
2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ
  - a. Argumentos de consulta
    - i. Número do CNPJ
  - b. Dados e informações de resposta
    - i. Identificador matriz/filial
    - ii. Razão social/nome empresaria

.....

.....

### PORTARIA RFB Nº 167, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela [Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020](#), e tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998](#), na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), no [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), e na [Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016](#), resolve:

Art. 1º Fica o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública vinculada ao Ministério da Economia, autorizado a disponibilizar para terceiros, nos termos da [Portaria MF nº 457, de 8 de dezembro de 2016](#), acesso a dados e informações sob gestão da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) constantes do Anexo Único.

§ 1º A disponibilização de acesso a dados e informações a que se refere esta Portaria destina-se à complementação de políticas públicas voltadas ao fornecimento de informações à sociedade por meio de soluções tecnológicas complementares às oferecidas pela RFB.

§ 2º Os custos necessários à manutenção dos sistemas informatizados necessários à disponibilização do acesso a dados e informações serão ressarcidos ao Serpro pelos terceiros a que se refere o caput.

Art. 2º Os dados e as informações serão disponibilizados apenas mediante a apresentação do argumento de consulta estabelecido para cada conjunto de dados e informações, nos termos do Anexo Único.

Parágrafo único. Poderá haver restrição de disponibilização de dados e informações em função:

I - das permissões de acesso do terceiro; ou

II - da outorga de poderes constantes das procurações digitais a que se refere a [Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 24 de fevereiro de 2022](#).

Art. 3º Fica assegurada a implementação de processo de identificação de risco institucional ou risco ao sigilo da pessoa física ou jurídica a que se referem os dados e informações, de forma a garantir o cumprimento do disposto no inciso I do caput do art. 2º da [Portaria MF nº 457, de 2016](#), mesmo na hipótese de que trata o § 2º do art. 11 da [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#).

Art. 4º O tratamento de dados pessoais constantes nas bases de dados e informações objeto desta Portaria ocorre para o fiel cumprimento de políticas públicas, em conformidade com inciso III do caput do art. 7º da [Lei nº 13.709, de 2018](#).

Art. 5º Fica autorizada a disponibilização de acesso ao conjunto de dados e informações relativo à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) a terceiros até que seja implantado o Ambiente Centralizado de Serviços das Administrações Tributárias Federal e Estaduais (ACS-AT) previsto no Acordo de Cooperação Técnica nº 04, de 9 de dezembro de 2021.

Art. 6º Ficam revogados os seguintes atos normativos:

I - Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017;

II - Portaria RFB nº 849, de 13 de maio de 2020;

III - Portaria RFB nº 1.079, de 26 de junho de 2020;

IV - Portaria RFB nº 4.255, de 27 de agosto de 2020;

V - Portaria RFB nº 4.794, de 17 de novembro de 2020;

VI - Portaria RFB nº 12, de 26 de fevereiro de 2021;

VII - Portaria RFB nº 27, de 14 de abril de 2021;

VIII - Portaria RFB nº 38, de 28 de maio de 2021;

IX - Portaria RFB nº 62, de 30 de agosto de 2021;

X - Portaria RFB nº 87, de 30 de novembro de 2021;

XI - Portaria RFB nº 147, de 25 de fevereiro de 2022; e

XII - Portaria RFB nº 153, de 11 de março de 2022.

Art. 7º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de maio de 2022.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

## ANEXO ÚNICO

### 1. Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)

#### 1.a. Argumentos de consulta

##### 1.a.1. Número do CPF

#### 1.b. Dados e informações de resposta

##### 1.b.1. Número do CPF

##### 1.b.2. Nome

##### 1.b.3. Situação (código e descrição)

##### 1.b.4. Data de nascimento

##### 1.b.5. Ano de óbito

### 2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

#### 2.a. Argumentos de consulta

##### 2.a.1. Número do CNPJ

|  |
|--|
| 2.b. Dados e informações de resposta   |
| 2.b.1. CNPJ  |
| 2.b.1.1. Identificador matriz/filial   |
| 2.b.1.2. Razão social/nome empresarial   |
| 2.b.1.3. Nome fantasia   |
| 2.b.1.4. Situação cadastral  |
| 2.b.1.5. Data situação cadastral   |
| 2.b.1.6. Motivo situação cadastral   |
| 2.b.1.7. Nome da cidade no exterior  |
| 2.b.1.8. Código do país  |
| 2.b.1.9. Nome do país  |
| 2.b.1.10. Código natureza jurídica   |
| 2.b.1.11. Data início atividade  |
| 2.b.1.12. CNAE-fiscal (código da atividade econômica principal do estabelecimento) |
| 2.b.1.13. Dispensa de alvarás  |
| 2.b.1.14. Descrição do tipo de logradouro onde se encontra o estabelecimento       |
| 2.b.1.15. Nome do logradouro onde se encontra o estabelecimento                    |
| 2.b.1.16. Número de localização do estabelecimento                                 |
| 2.b.1.17. Complemento para o endereço de localização do estabelecimento            |
| 2.b.1.18. Bairro de localização do estabelecimento                                 |
| 2.b.1.19. CEP do logradouro  |
| 2.b.1.20. UF onde se encontra o estabelecimento                                    |
| 2.b.1.21. Código do município de jurisdição onde se encontra o estabelecimento     |
| 2.b.1.22. Município de jurisdição onde se encontra o estabelecimento               |
| 2.b.1.23. DDD-1  |
| 2.b.1.24. Telefone-1   |
| 2.b.1.25. DDD-2  |
| 2.b.1.26. Telefone-2   |
| 2.b.1.27. DDD-fax  |
| 2.b.1.28. DDD-fax  |
| 2.b.1.29. Número-fax   |
| 2.b.1.30. Correio eletrônico   |
| 2.b.1.31. Qualificação do responsável  |
| 2.b.1.32. Capital social da empresa  |
| 2.b.1.33. Porte-empresa  |
| 2.b.1.34. Opção pelo Simples Nacional  |
| 2.b.1.35. Data de opção pelo Simples Nacional                                      |
| 2.b.1.36. Data de exclusão do Simples Nacional                                     |
| 2.b.1.37. Opção pelo MEI   |
| 2.b.1.38. Situação especial  |
| 2.b.1.39. Data da situação especial  |
| 2.b.1.40. Ente Federativo Responsável  |
| 2.b.2. Sócio   |
| 2.b.2.1. Identificador de sócio  |
| 2.b.2.2. Nome do sócio (no caso de PF) ou razão social (no caso de PJ)             |
| 2.b.2.3. CNPJ/CPF do sócio   |
| 2.b.2.4. Código de qualificação do sócio   |
| 2.b.2.5. Data de entrada na sociedade  |
| 2.b.2.6. Código do país do sócio estrangeiro                                       |
| 2.b.2.7. Nome do país do sócio estrangeiro   |
| 2.b.2.8. CPF do representante legal  |
| 2.b.2.9. Nome do representante   |
| 2.b.2.10. Código de qualificação do representante legal                            |
| 2.b.3. CNAES Secundárias   |
| 2.b.3.1. CNAE-secundária   |
| 2.b.3.2. Dispensa de alvarás   |
| 3. Certidão Negativa de Débitos (CND)  |
| 3.a. Argumentos de consulta  |
| 3.a.1. Número do CPF, CNPJ ou ITR  |
| 3.b. Dados e informações de resposta   |

|   |
|---|
| 3.b.1. Certidão (negativa, positiva ou efeito de negativa, ou não é possível emitir)      |
| 3.b.2. Data de validade   |
| 3.b.3. Número de controle   |
| 4. Conhecimento de Embarque-Mercante - Consulta da Data da Última Atualização             |
| 4.a. Argumentos de consulta   |
| 4.a.1. Número do Conhecimento de Embarque-Mercante  |
| 4.b. Dados e informações de resposta  |
| 4.b.1. Número do Conhecimento de Embarque-Mercante  |
| 4.b.2. Data da última atualização no Conhecimento de Embarque-Mercante                    |
| 5. Manifesto - Consulta da Data da Última Atualização                                     |
| 5.a. Argumentos de consulta   |
| 5.a.1. Número do manifesto  |
| 5.b. Dados e informações de resposta  |
| 5.b.1. Número do manifesto  |
| 5.b.2. Data da última atualização no manifesto  |
| 6. Escala - Consulta da Data da Última Atualização  |
| 6.a. Argumentos de consulta   |
| 6.a.1. Número da escala   |
| 6.b. Dados e informações de resposta  |
| 6.b.1. Número da escala   |
| 6.b.2. Data da última atualização na escala   |
| 7. Consulta a Dados - Conhecimento de Transporte Marítimo (CE-Mercante)                   |
| 7.a. Argumentos de consulta   |
| 7.a.1. Número do Conhecimento de Embarque-Mercante  |
| 7.a.2. Número do CPF do usuário   |
| 7.b. Dados e informações de resposta (considerados os perfis de acesso do CPF do usuário) |
| 7.b.1. Dados Gerais do Conhecimento   |
| 7.b.1.1. Número do Conhecimento de Transporte Marítimo (CE-Mercante)                      |
| 7.b.1.2. Número do CE-Mercante Master   |
| 7.b.1.3. CNPJ da agência ou empresa de navegação  |
| 7.b.1.4. CNPJ da agência desconsolidadora   |
| 7.b.1.5. CNPJ da empresa desconsolidadora   |
| 7.b.1.6. Tipo de conhecimento   |
| 7.b.1.7. Categoria da carga   |
| 7.b.1.8. Data de emissão  |
| 7.b.1.9. Conhecimento de embarque   |
| 7.b.1.10. Cubagem (m³)  |
| 7.b.1.11. Peso bruto (Kg)   |
| 7.b.1.12. Porto de origem   |
| 7.b.1.13. Porto de destino  |
| 7.b.1.14. Porto da atracação atual  |
| 7.b.1.15. Recinto de armazenamento da carga   |
| 7.b.1.16. Unidade local do destino final  |
| 7.b.1.17. Recinto de armazenamento da carga final   |
| 7.b.1.18. Data de chegada no destino final  |
| 7.b.1.19. Identificação do embarcador (shipper/exporter)                                  |
| 7.b.1.20. Descrição da mercadoria   |
| 7.b.1.21. Observações   |
| 7.b.1.22. Situação da carga   |
| 7.b.1.23. Data da situação da carga   |
| 7.b.1.24. BL de serviço   |
| 7.b.1.25. Número do BL de serviço   |
| 7.b.1.26. País de procedência da carga  |
| 7.b.1.27. País de destino final da carga  |
| 7.b.1.28. UF de destino da carga  |
| 7.b.1.29. Valor da TUM devida   |
| 7.b.1.30. Valor da TUM pago   |
| 7.b.1.31. Tipo de consignatário   |
| 7.b.1.32. CPF/CNPJ  |



- 7.b.1.33. Passaporte do consignatário
- 7.b.1.34. Nome do consignatário estrangeiro
- 7.b.1.35. Dados complementares
- 7.b.1.36. Notify part CNPJ/CPF
- 7.b.1.37. Data de emissão do BL do 1º transporte
- 7.b.1.38. Conhecimento de embarque/BL do 1º transporte
- 7.b.1.39. Navio do 1º transporte
- 7.b.2. Indicadores do Conhecimento
  - 7.b.2.1. Pendência de AFRMM
  - 7.b.2.2. Revisão de AFRMM
  - 7.b.2.3. Bloqueio/desbloqueio situação
  - 7.b.2.4. Bloqueio impede vinculação despacho
  - 7.b.2.5. Bloqueio impede entrega da carga
  - 7.b.2.6. Retificação pendente de análise
  - 7.b.2.7. Situação da análise de retificação
  - 7.b.2.8. Pendência de trânsito marítimo
  - 7.b.2.9. Motivo da pendência de trânsito marítimo
  - 7.b.2.10. Endosso do conhecimento
  - 7.b.2.11. Motivo do endosso do conhecimento
  - 7.b.2.12. Situação da pendência do frete
  - 7.b.2.13. Inconsistência de peso master
  - 7.b.2.14. Inconsistência de frete master
  - 7.b.2.15. Inconsistência de cubagem master
  - 7.b.2.16. Indicador de ofício
- 7.b.3. Frete
  - 7.b.3.1. Valor do frete total
  - 7.b.3.2. Valor do frete básico
  - 7.b.3.3. Moeda
  - 7.b.3.4. Pagamento
  - 7.b.3.5. Modalidade
- 7.b.4. Componentes do Frete
  - 7.b.4.1. Tipo do componente
  - 7.b.4.2. Valor
  - 7.b.4.3. Moeda
  - 7.b.4.4. Recolhimento
- 7.b.5. Transbordo/Baldeação no Exterior
  - 7.b.5.1. Portos
  - 7.b.5.2. Navios
- 7.b.6. Dados do Item
  - 7.b.6.1. Dados do Item Contêiner
    - 7.b.6.1.1. Número do item
    - 7.b.6.1.2. Tipo do item contêiner
    - 7.b.6.1.3. Tipo contêiner
    - 7.b.6.1.4. Identificação
    - 7.b.6.1.5. Tara
    - 7.b.6.1.6. Peso bruto
    - 7.b.6.1.7. Cubagem
    - 7.b.6.1.8. Código da mercadoria perigosa
    - 7.b.6.1.9. Classe de mercadoria perigosa
    - 7.b.6.1.10. Uso parcial
    - 7.b.6.1.11. Lacres
    - 7.b.6.1.12. Situação do bloqueio/desbloqueio do item
    - 7.b.6.1.13. Indicador de utilização de embalagem de madeira
    - 7.b.6.1.14. Embalagens de madeira
    - 7.b.6.1.15. Código do tipo de embalagem de madeira
    - 7.b.6.1.16. Descrição do tipo de embalagem de madeira
    - 7.b.6.1.17. Código RA da operação
    - 7.b.6.1.18. Data da operação
    - 7.b.6.1.19. Descrição da operação
    - 7.b.6.1.20. NCM



7.b.6.1.20.1. Código  
7.b.6.2. Dados do Item Carga Solta  
7.b.6.2.1. Número do item  
7.b.6.2.2. Tipo de embalagem  
7.b.6.2.3. Quantidade  
7.b.6.2.4. Cubagem  
7.b.6.2.5. Peso bruto (Kg)  
7.b.6.2.6. Marca  
7.b.6.2.7. Contramarca  
7.b.6.2.8. Código indicador de mercadoria perigosa  
7.b.6.2.9. Classe de mercadoria perigosa  
7.b.6.2.10. Situação do bloqueio/desbloqueio do item  
7.b.6.2.11. Indicador de utilização de embalagem de madeira  
7.b.6.2.12. Embalagens de madeira  
7.b.6.2.13. Código do tipo de embalagem de madeira  
7.b.6.2.14. Descrição do tipo de embalagem de madeira  
7.b.6.2.15. Código RA da operação  
7.b.6.2.16. Data da operação  
7.b.6.2.17. Descrição da operação  
7.b.6.2.18. NCM  
7.b.6.2.18.1. Código  
7.b.6.3. Dados do item granel  
7.b.6.3.1. Número do item  
7.b.6.3.2. Tipo de granel  
7.b.6.3.3. Cubagem  
7.b.6.3.4. Peso bruto (Kg)  
7.b.6.3.5. Código indicador de mercadoria perigosa  
7.b.6.3.6. Classe de mercadoria perigosa  
7.b.6.3.7. Situação do bloqueio/desbloqueio do item  
7.b.6.3.8. Indicador de utilização de embalagem de madeira  
7.b.6.3.9. Embalagens de madeira  
7.b.6.3.10. Código do tipo de embalagem de madeira  
7.b.6.3.11. Descrição do tipo de embalagem de madeira  
7.b.6.3.12. NCM  
7.b.6.3.12.1. Código  
7.b.6.4. Dados do Item Veículo  
7.b.6.4.1. Número do item  
7.b.6.4.2. Marca  
7.b.6.4.3. Contramarca  
7.b.6.4.4. Peso bruto (Kg)  
7.b.6.4.5. Chassi  
7.b.6.4.6. Situação do bloqueio/desbloqueio do item  
7.b.6.4.7. Indicador de utilização de embalagem de madeira  
7.b.6.4.8. Embalagens de madeira  
7.b.6.4.9. Código do tipo de embalagem de madeira  
7.b.6.4.10. Descrição do tipo de embalagem de madeira  
7.b.6.4.11. Código RA da operação  
7.b.6.4.12. Data da operação  
7.b.6.4.13. Descrição da operação  
7.b.6.4.14. NCM  
7.b.6.4.14.1. Código  
7.b.6.5. Histórico de Bloqueio/Desbloqueio do Item  
7.b.6.5.1. Código do tipo  
7.b.6.5.2. Data/hora  
7.b.6.5.3. Descrição do tipo  
7.b.6.5.4. Justificativa  
7.b.6.5.5. Motivo  
7.b.6.6. Eventos do Conhecimento  
7.b.6.6.1. Modalidade  
7.b.6.6.2. Motivo

|  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>7.b.6.6.3. Peso líquido</li> <li>7.b.6.6.4. Valor do frete</li> <li>7.b.6.6.5. Valor do AFRMM</li> <li>7.b.6.6.6. Data do Evento</li> <li>7.b.6.6.7. Valor da conta fundo</li> <li>7.b.6.6.8. Valor vinculado</li> <li>7.b.6.6.9. Valor da conta especial</li> <li>7.b.6.7. AFRMM Devido</li> <li>7.b.6.7.1. Valor do AFRMM</li> <li>7.b.6.7.2. Total devido</li> <li>7.b.6.7.3. Valor dos juros</li> <li>7.b.6.7.4. Valor da multa</li> <li>7.b.6.8. Manifesto Vinculado</li> <li>7.b.6.8.1. Número do manifesto marítimo</li> <li>7.b.6.8.2. Porto de carregamento</li> <li>7.b.6.8.3. Terminal de carregamento</li> <li>7.b.6.8.4. Porto de descarregamento</li> <li>7.b.6.8.5. Terminal de descarregamento</li> <li>7.b.6.9. Histórico de Bloqueio/Desbloqueio do CE</li> <li>7.b.6.9.1. Código do tipo</li> <li>7.b.6.9.2. Data/hora</li> <li>7.b.6.9.3. Descrição do tipo</li> <li>7.b.6.9.4. Justificativa</li> <li>7.b.6.9.5. Motivo</li> <li>7.b.6.10. Histórico de Registro de Pendência de Frete</li> <li>7.b.6.10.1. Pendência de frete</li> <li>7.b.6.10.2. Data</li> <li>7.b.6.10.3. Responsável</li> <li>7.b.6.11. Número/Tipo do Documento de Despacho</li> <li>7.b.6.11.1. Número</li> <li>7.b.6.11.2. Tipo</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>8. Consulta a Dados do Manifesto Marítimo</li> <li>8.a. Argumentos de consulta</li> <li>8.a.1. Número do manifesto</li> <li>8.a.2. Número do CPF do usuário</li> <li>8.b. Dados e informações de resposta (considerados os perfis de acesso do CPF do usuário)</li> <li>8.b.1. Informações do Manifesto</li> <li>8.b.1.1. Número do manifesto</li> <li>8.b.1.2. Tipo de tráfego</li> <li>8.b.1.3. Data de emissão</li> <li>8.b.1.4. Empresa de navegação</li> <li>8.b.1.5. CNPJ da agência de navegação</li> <li>8.b.1.6. Data de encerramento do manifesto</li> <li>8.b.1.7. Data de operação</li> <li>8.b.1.8. Código da embarcação</li> <li>8.b.1.9. Número da viagem</li> <li>8.b.1.10. Porto de carregamento</li> <li>8.b.1.11. Porto de descarregamento</li> <li>8.b.1.12. Conhecimentos informados</li> <li>8.b.1.13. Conhecimentos incluídos</li> <li>8.b.1.14. Situação do bloqueio/desbloqueio</li> <li>8.b.1.15. Terminal de carregamento</li> <li>8.b.1.16. Terminal de descarregamento</li> <li>8.b.1.17. Identificação do contêiner vazio</li> <li>8.b.1.18. Embarcação do comboio</li> <li>8.b.2. Informações da Escala</li> <li>8.b.2.1. Número da escala</li> <li>8.b.2.2. Data da vinculação</li> <li>8.b.3. Conhecimento de Transporte Marítimo (CE-Mercante) Vinculado</li> <li>8.b.3.1. Número do Conhecimento de Transporte Marítimo (CE-Mercante)</li> </ul> |

## 8.b.4. Histórico de Bloqueio/Desbloqueio

8.b.4.1. Código do tipo

8.b.4.2. Data/hora

8.b.4.3. Descrição do tipo

8.b.4.4. Justificativa

8.b.4.5. Motivo

## 9. Consulta a Dados do Manifesto Marítimo

9.a. Argumentos de consulta

9.a.1. Número da escala

9.a.2. Número do CPF do usuário

9.b. Dados e informações de resposta (considerados os perfis de acesso do CPF do usuário)

9.b.1. Informações da Escala

9.b.1.1. Número da escala

9.b.1.2. Inclusão da escala

9.b.1.3. Tipo de operação prevista

9.b.1.4. CNPJ da agência de navegação

9.b.1.5. Porto da escala

9.b.1.6. Embarcação

9.b.1.7. Número da viagem do armador

9.b.1.8. Bandeira da embarcação

9.b.1.9. Responsável pela embarcação

9.b.1.10. Empresa de navegação

9.b.1.11. Nacionalidade do transportador

9.b.1.12. Data prevista da atracação

9.b.1.13. Data da Atracação

9.b.1.14. Responsável pela atracação

9.b.1.15. Termo de responsabilidade

9.b.1.16. Efetiva atracação/terminal de atracação

9.b.1.17. Local da atracação

9.b.1.18. Previsão de solicitação do passe de saída

9.b.1.19. Data do passe de saída

9.b.1.20. Situação da escala

9.b.1.21. Data da situação

9.b.1.22. Situação do bloqueio/desbloqueio

9.b.1.23. Indicador de escala encerrada

9.b.2. Empresas Parceiras

9.b.2.1. CNPJ

9.b.3. Portos de Procedência

9.b.3.1. Código do porto

9.b.3.2. Data de desatracação

9.b.4. Portos Subsequentes

9.b.4.1. Porto

9.b.4.2. Data da previsão de atracação

9.b.5. Lista de Operadores Portuários Indicados pela Agência/Empresa

9.b.5.1. CNPJ do operador portuário

9.b.6. Lista de Operações Registradas

9.b.6.1. CNPJ do operador portuário

9.b.6.2. Terminal

9.b.6.3. Situação da embarcação

9.b.6.4. Local

9.b.6.5. Responsável

9.b.6.6. Data/hora

9.b.6.7. Responsável final

9.b.6.8. Data/hora final

9.b.6.9. Concluída

9.b.7. Manifestos Vinculados à Escala

9.b.7.1. Número do manifesto marítimo

9.b.8. Histórico de Bloqueio/Desbloqueio

9.b.8.1. Código do tipo

9.b.8.2. Data/hora

9.b.8.3. Descrição do tipo

9.b.8.4. Justificativa

9.b.8.5. Motivo

10. Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

10.a. Argumentos de consulta

10.a.1. Chave da NF-e

10.b. Dados e informações de resposta

10.b.1. Informações da NF-e

10.b.1.1. /TNFe - Tipo de NF-e

10.b.1.2. /TNFe/infTNFe - informações da NF-e

10.b.1.3. /TNFe/infTNFe/ide - identificação da NF-e

10.b.1.4. /TNFe/infTNFe/emit - identificação do emitente

10.b.1.5. /TNFe/infTNFe/avulsa - emissão de avulsa informar os dados do Fisco emitente

10.b.1.6. /TNFe/infTNFe/dest - identificação do destinatário

10.b.1.7. /TNFe/infTNFe/retirada - identificação do local de retirada,

10.b.1.8. /TNFe/infTNFe/entrega - identificação do local de entrega

10.b.1.9. /TNFe/infTNFe/autXML - pessoas autorizadas para o download do XML da NF-e

10.b.1.10. /TNFe/infTNFe/det - dados dos detalhes da NF-e

10.b.1.11. /TNFe/infTNFe/total - dados dos totais da NF-e

10.b.1.12. /TNFe/infTNFe/transp - dados dos transportes da NF-e

10.b.1.13. /TNFe/infTNFe/cobr - dados da cobrança da NF-e

10.b.1.14. /TNFe/infTNFe/pag - dados de pagamento

10.b.1.15. /TNFe/infTNFe/infAdic - informações adicionais da NF-e

10.b.1.16. /TNFe/infTNFe/exporta - informações de exportação

10.b.1.17. /TNFe/infTNFe/compra - informações de compras

10.b.1.18. /TNFe/infTNFe/cana - informações de registro aquisições de cana

10.b.2. Eventos da NF-e

10.b.2.1. /envEvento - esquema XML de validação do lote de envio do evento

10.b.2.2. /envEvento/idLote

10.b.2.3. /envEvento/evento

10.b.2.4. /envEvento/evento/infEvento/cOrgao - código do órgão de recepção do evento

10.b.2.5. /envEvento/evento/infEvento/tpAmb - identificação do ambiente

10.b.2.6. /envEvento/evento/infEvento/CNPJ - número do CNPJ

10.b.2.7. /envEvento/evento/infEvento/CPF - número do CPF

10.b.2.8. /envEvento/evento/infEvento/chTNFe - chave de acesso da NF-e vinculada ao evento

10.b.2.9. /envEvento/evento/infEvento/dhEvento - data e hora do evento

10.b.2.10. /envEvento/evento/infEvento/tpEvento - tipo do evento

10.b.2.11. /envEvento/evento/infEvento/nSeqEvento - sequencial do evento para o mesmo tipo de evento

10.b.2.12. /envEvento/evento/infEvento/verEvento - versão do tipo do evento

10.b.2.13. /envEvento/evento/infEvento/detEvento - detalhes do evento

10.b.3. Tipos de Evento da NF-e

10.b.3.1. Evento de cancelamento

10.b.3.2. Evento de carta de correção

10.b.3.3. Eventos de manifestação do destinatário

10.b.3.4. Eventos da Suframa (vistoria/internalização)

10.b.3.5. EPEC

10.b.3.6. Eventos de pedido de prorrogação de prazo

10.b.3.7. Eventos do Fisco em resposta ao pedido de prorrogação

10.b.3.8. Evento de averbação

11. Declaração de Importação - Consulta à Data da Última Atualização

11.a. Argumentos de consulta

11.a.1. Número da declaração de importação

11.b. Dados e informações de resposta

11.b.1. Número da declaração de importação

11.b.2. Data da última atualização na declaração de importação

12. Consulta à Declaração de Importação

12.a. Argumentos de consulta

12.a.1. Número da declaração de importação

- 12.a.2. Número do CPF do usuário
- 12.b. Dados e informações de resposta (considerados os perfis de acesso do CPF do usuário e Tipo 1 a 15, Tipo 16, 17, 18, 20 e 21 e Tipo 19)
  - 12.b.1. Número da declaração de importação
  - 12.b.2. Sequencial de retificação
  - 12.b.3. Total de Adições
  - 12.b.4. Situação do despacho
  - 12.b.5. Data da situação do despacho
  - 12.b.6. Hora da situação do despacho
  - 12.b.7. Situação da entrega da carga
  - 12.b.8. Unidade de despacho
  - 12.b.9. Operação Fundap
  - 12.b.10. Data do registro
  - 12.b.11. Hora do registro
  - 12.b.12. Data do desembaraço
  - 12.b.13. Hora do desembaraço
  - 12.b.14. Data da autorização de entrega
  - 12.b.15. Hora da autorização de entrega
  - 12.b.16. Tipo da autorização de entrega
  - 12.b.17. Nome da modalidade
  - 12.b.18. Tipo de declaração
  - 12.b.19. Canal de parametrização
  - 12.b.20. Tipo de importador
  - 12.b.21. Número do importador
  - 12.b.22. Nome do importador
  - 12.b.23. Endereço do importador
  - 12.b.24. Telefone do importador
  - 12.b.25. Representante legal
  - 12.b.26. Nome do representante legal
  - 12.b.27. Descrição do tipo de caracterização da operação
  - 12.b.28. Número do adquirente
  - 12.b.29. Nome do adquirente
  - 12.b.30. Número transportador porta a porta
  - 12.b.31. Nome transportador porta a porta
  - 12.b.32. Tipo de documento de instrução do despacho
  - 12.b.33. Identificação do documento de instrução do despacho
  - 12.b.34. Número do dossiê vinculado
  - 12.b.35. Data da vinculação
  - 12.b.36. Hora da vinculação
  - 12.b.37. Tipo do processo vinculado
  - 12.b.38. Identificação do processo vinculado
  - 12.b.39. País de procedência
  - 12.b.40. Data da chegada da carga
  - 12.b.41. Unidade de entrada
  - 12.b.42. Agente de transporte
  - 12.b.43. Peso bruto
  - 12.b.44. Peso líquido
  - 12.b.45. Número do documento de carga
  - 12.b.46. Recinto aduaneiro
  - 12.b.47. Setor
  - 12.b.48. Armazém
  - 12.b.49. Quantidade de volumes
  - 12.b.50. Tipo de embalagem
  - 12.b.51. Moeda negociada do frete
  - 12.b.52. Frete prepaid
  - 12.b.53. Frete collect
  - 12.b.54. Valor total do frete na moeda
  - 12.b.55. Valor total do frete em dólar
  - 12.b.56. Valor total do frete em real
  - 12.b.57. Valor total do frete em território nacional

- 12.b.58. Moeda negociada do seguro
- 12.b.59. Valor total do seguro na moeda
- 12.b.60. Valor total do seguro em real
- 12.b.61. Valor total do seguro em dólar
- 12.b.62. Valor total em dólares no local de embarque
- 12.b.63. Valor total em reais no local de embarque
- 12.b.64. Valor total em dólares no local de desembarque
- 12.b.65. Valor total em reais no local de desembarque
- 12.b.66. Número da Declaração Estrangeira (DE)
- 12.b.67. Faixa de item inicial
- 12.b.68. Faixa de item final
- 12.b.69. Via de transporte
- 12.b.70. Indicador multimodal
- 12.b.71. Nome transportador
- 12.b.72. Código do país do transportador
- 12.b.73. Nome do veículo
- 12.b.74. Número do veículo (placa)
- 12.b.75. Tipo de documento de chegada da carga
- 12.b.76. Descrição do tipo de documento de chegada da carga
- 12.b.77. Local de embarque
- 12.b.78. Data do embarque
- 12.b.79. Tipo de conhecimento
- 12.b.80. Tipo de utilização do conhecimento
- 12.b.81. Id master do conhecimento
- 12.b.82. Id de conhecimento
- 12.b.83. Multa ao deferimento da Licença de Importação (LI)
- 12.b.84. Multa ao deferimento da LI com ajuste
- 12.b.85. Sequencial de retificação que ocorreu o pagamento
- 12.b.86. Código de receita do pagamento
- 12.b.87. Valor da receita
- 12.b.88. Valor dos juros/encargos
- 12.b.89. Valor da multa
- 12.b.90. Valor total do pagamento
- 12.b.91. Data do pagamento
- 12.b.92. Tipo do pagamento
- 12.b.93. Nome do tipo de pagamento
- 12.b.94. Banco
- 12.b.95. Agência
- 12.b.96. Conta
- 12.b.97. Situação do ICMS
- 12.b.98. CPF que declarou o ICMS
- 12.b.99. Data do registro do ICMS
- 12.b.100. Hora do registro do ICMS
- 12.b.101. Nº sequencial do ICMS
- 12.b.102. Tipo de recolhimento
- 12.b.103. UF do ICMS
- 12.b.104. Banco do ICMS
- 12.b.105. Agência do ICMS
- 12.b.106. Conta corrente do ICMS
- 12.b.107. Data do pagamento do ICMS
- 12.b.108. Valor do ICMS
- 12.b.109. Protocolo do débito em conta do ICMS
- 12.b.110. Mandado judicial do ICMS
- 12.b.111. Texto das informações complementares
- 12.b.112. Adição da Declaração de Importação
- 12.b.112.1. Número da declaração de importação
- 12.b.112.2. Número sequencial de retificação
- 12.b.112.3. Número da adição
- 12.b.112.4. Número da LI
- 12.b.113. Relação/Vínculo entre Comprador e Vendedor

- 12.b.113.1. Código e descrição da relação entre comprador e vendedor
- 12.b.113.2. Código e descrição do vínculo entre comprador e vendedor
- 12.b.114. Exportador
  - 12.b.114.1. Código do país de aquisição da mercadoria
  - 12.b.114.2. Nome ou razão social
  - 12.b.114.3. Endereço
- 12.b.115. Fabricante ou Produtor
  - 12.b.115.1. Código do país de origem da mercadoria
  - 12.b.115.2. Nome ou razão social
  - 12.b.115.3. Endereço
- 12.b.116. Mercadoria
  - 12.b.116.1. Código da NCM
  - 12.b.116.2. Código Naladi SH
  - 12.b.116.3. Código Naladi NCCA
  - 12.b.116.4. Peso líquido da adição
  - 12.b.116.5. Aplicação da mercadoria
  - 12.b.116.6. Indicativos da condição da mercadoria
  - 12.b.116.7. Unidade de medida estatística
  - 12.b.116.8. Quantidade na medida estatística
- 12.b.117. Detalhamento da Mercadoria - Relação de Itens da Adição
  - 12.b.117.1. Código da abrangência da NCM (nível)
  - 12.b.117.2. Código do atributo da NCM
  - 12.b.117.3. Código da especificação da NCM
- 12.b.118. Destaque NCM
  - 12.b.118.1. Número do destaque para anuência
- 12.b.119. Condição de Venda da Mercadoria
  - 12.b.119.1. Incoterm
  - 12.b.119.2. Método de valoração
  - 12.b.119.3. Código da moeda negociada
  - 12.b.119.4. Local da condição
  - 12.b.119.5. Valor na moeda negociada
  - 12.b.119.6. Valor em real
- 12.b.120. Documentos Vinculados
  - 12.b.120.1. Tipo e descrição do documento vinculado
  - 12.b.120.2. Número identificador do documento vinculado
- 12.b.121. Certificado Mercosul
  - 12.b.121.1. Tipo de certificado
  - 12.b.121.2. Número da DE
  - 12.b.121.3. Faixa de itens (item inicial e final)
  - 12.b.121.4. Código do país do certificado
  - 12.b.121.5. Número do certificado
  - 12.b.121.6. Item do certificado
  - 12.b.121.7. Quantidade na unidade estatística do certificado
- 12.b.122. Dados da Carga
  - 12.b.122.1. Código da via de transporte
  - 12.b.122.2. Código do país de procedência da carga
  - 12.b.122.3. Código da unidade aduaneira de entrada
- 12.b.123. Frete - Custo do Transporte Internacional
  - 12.b.123.1. Código da moeda negociada
  - 12.b.123.2. Valor na moeda negociada
  - 12.b.123.3. Valor em real
  - 12.b.123.4. Frete internacional - valor em real
- 12.b.124. Seguro
  - 12.b.124.1. Código da moeda negociada
  - 12.b.124.2. Valor na moeda negociada
  - 12.b.124.3. Valor em real
  - 12.b.124.4. Seguro internacional - valor em real
- 12.b.125. Acréscimos
  - 12.b.125.1. Código do acréscimo
  - 12.b.125.2. Código da moeda negociada



- 12.b.125.3. Valor na moeda negociada
- 12.b.125.4. Valor em real
- 12.b.126. Deduções
  - 12.b.126.1. Código da dedução
  - 12.b.126.2. Código da moeda negociada
  - 12.b.126.3. Valor na moeda negociada
  - 12.b.126.4. Valor em real
- 12.b.127. Informações Complementares do Valor Aduaneiro
  - 12.b.127.1. Texto complementar do valor aduaneiro
- 12.b.128. Imposto de Importação (II)
  - 12.b.128.1. Código e descrição do regime de tributação
  - 12.b.128.2. Código e denominação do fundamento legal
  - 12.b.128.3. Código e denominação motivo da admissão temporária
  - 12.b.128.4. Base de cálculo do II
  - 12.b.128.5. Código e descrição do EX tarifário do II
  - 12.b.128.6. EX Tarifário do II - ato legal
  - 12.b.128.7. EX Tarifário do II - órgão emissor do ato legal
  - 12.b.128.8. EX Tarifário do II - número do ato legal
  - 12.b.128.9. EX Tarifário do II - ano do ato legal
  - 12.b.128.10. Acordo tarifário - código e denominação do tipo do acordo
  - 12.b.128.11. Acordo tarifário Aladi - código e denominação
  - 12.b.128.12. Acordo tarifário - código e denominação do ato legal
  - 12.b.128.13. Acordo tarifário - órgão emissor do ato legal
  - 12.b.128.14. Acordo tarifário - número do ato legal
  - 12.b.128.15. Acordo tarifário - ano do ato legal
  - 12.b.128.16. Acordo tarifário - ato legal do EX tarifário
  - 12.b.128.17. Alíquota II - alíquota ad valorem
  - 12.b.128.18. Alíquota II - alíquota do acordo tarifário
  - 12.b.128.19. Alíquota II - alíquota reduzida
  - 12.b.128.20. Alíquota II - percentual de redução do imposto
  - 12.b.128.21. Alíquota II - valor calculado
  - 12.b.128.22. Alíquota II - valor devido
  - 12.b.128.23. Alíquota II - valor reduzido
  - 12.b.128.24. Alíquota II - valor a recolher
- 12.b.129. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
  - 12.b.129.1. Código e descrição do regime de tributação
  - 12.b.129.2. Código e descrição do EX tarifário do IPI
  - 12.b.129.3. EX tarifário do IPI - ato legal
  - 12.b.129.4. EX tarifário do IPI - órgão emissor do ato legal
  - 12.b.129.5. EX tarifário do IPI - número do ato legal
  - 12.b.129.6. EX tarifário do IPI - ano do ato legal
  - 12.b.129.7. Benefício fiscal do IPI - código e denominação do ato legal
  - 12.b.129.8. Benefício fiscal do IPI - órgão emissor do ato legal
  - 12.b.129.9. Benefício fiscal do IPI - número do ato legal
  - 12.b.129.10. Benefício fiscal do IPI - ano do ato legal
  - 12.b.129.11. Benefício fiscal do IPI - ato legal do EX tarifário
  - 12.b.129.12. Alíquota do IPI - nota complementar TIPI
  - 12.b.129.13. Alíquota do IPI - alíquota ad valorem
  - 12.b.129.14. Alíquota do IPI - alíquota reduzida
  - 12.b.129.15. Alíquota do IPI - valor devido
  - 12.b.129.16. Alíquota do IPI - valor a recolher
  - 12.b.129.17. Alíquota específica do IPI - valor na unidade de medida
  - 12.b.129.18. Alíquota específica do IPI - unidade de medida
  - 12.b.129.19. Alíquota específica do IPI - quantidade na unidade de medida
  - 12.b.129.20. Alíquota específica do IPI - tipo de recipiente
  - 12.b.129.21. Alíquota específica do IPI - capacidade do recipiente
- 12.b.130. PIS/Cofins - Dados Comuns
  - 12.b.130.1. Valor da base de cálculo
  - 12.b.130.2. Alíquota do ICMS
  - 12.b.130.3. Percentual de redução



|  |
|--|
| 12.b.130.4. Código e denominação do fundamento legal da redução                |
| 12.b.130.5. Código e descrição do regime de tributação                         |
| 12.b.130.6. Código e denominação do fundamento legal da base de cálculo        |
| 12.b.131. Contribuição para o PIS/Pasep  |
| 12.b.131.1. Alíquota PIS/Pasep - alíquota ad valorem                           |
| 12.b.131.2. Alíquota PIS/Pasep - alíquota reduzida                             |
| 12.b.131.3. Alíquota PIS/Pasep - valor devido                                  |
| 12.b.131.4. Alíquota PIS/Pasep - valor a recolher                              |
| 12.b.131.5. Alíquota específica PIS/Pasep - valor em real                      |
| 12.b.131.6. Alíquota específica PIS/Pasep - unidade de medida                  |
| 12.b.131.7. Alíquota específica PIS/Pasep - quantidade na unidade de medida    |
| 12.b.132. Cofins   |
| 12.b.132.1. Alíquota da Cofins - alíquota ad valorem                           |
| 12.b.132.2. Alíquota da Cofins - alíquota reduzida                             |
| 12.b.132.3. Alíquota da Cofins - valor devido                                  |
| 12.b.132.4. Alíquota da Cofins - valor a recolher                              |
| 12.b.132.5. Alíquota específica da Cofins - valor em real                      |
| 12.b.132.6. Alíquota específica da Cofins - unidade de medida                  |
| 12.b.132.7. Alíquota específica da Cofins - quantidade na unidade de medida    |
| 12.b.133. Direitos Antidumping ou Compensatórios                               |
| 12.b.133.1. Código e denominação do ato legal                                  |
| 12.b.133.2. Órgão emissor do ato legal   |
| 12.b.133.3. Número do ato legal  |
| 12.b.133.4. Ano do ato legal   |
| 12.b.133.5. Ato Legal do EX tarifário  |
| 12.b.133.6. Alíquota antidumping - alíquota ad valorem                         |
| 12.b.133.7. Alíquota antidumping - alíquota da base de cálculo                 |
| 12.b.133.8. Alíquota antidumping - valor devido                                |
| 12.b.133.9. Alíquota antidumping - valor a recolher                            |
| 12.b.133.10. Alíquota específica antidumping - valor em real                   |
| 12.b.133.11. Alíquota específica antidumping - unidade de medida               |
| 12.b.133.12. Alíquota específica antidumping - quantidade na unidade de medida |
| 12.b.134. Demonstrativo do Coeficiente de Redução                              |
| 12.b.134.1. Identificação  |
| 12.b.134.2. Coeficiente de redução   |
| 12.b.134.3. Valor em dólar   |
| 12.b.134.4. Valor em real  |
| 12.b.134.5. Valor devido   |
| 12.b.134.6. Valor a recolher   |
| 12.b.135. CIDE   |
| 12.b.135.1. Valor na alíquota específica                                       |
| 12.b.135.2. Quantidade CIDE  |
| 12.b.135.3. Valor devido   |
| 12.b.135.4. Valor a recolher   |
| 12.b.136. Multa Administrativa por Embarque Anterior ao Deferimento da LI      |
| 12.b.136.1. Valor a recolher da multa  |
| 12.b.136.2. Valor a recolher da multa com ajuste                               |
| 12.b.137. Dados Cambiais   |
| 12.b.137.1. Código e denominação da cobertura cambial                          |
| 12.b.137.2. Motivo da importação sem cobertura cambial                         |
| 12.b.137.3. Número do ROF/Bacen  |
| 12.b.137.4. Código da instituição financiadora                                 |
| 12.b.137.5. Valor vinculado em real  |
| 12.b.137.6. Protocolo de envio da declaração de importação                     |
| 13. Declaração de Importação - Consulta Avulsa do Vicomex                      |
| 13.a. Argumentos de consulta   |
| 13.a.1. CPF/CNPJ do importador   |
| 13.a.2. Número da declaração de importação                                     |
| 13.a.3. protocolo de envio da declaração de importação                         |
| 13.b. Dados e informações de resposta:   |

- 13.b.1. Número da declaração de importação
- 13.b.2. Sequencial de retificação
- 13.b.3. Total de Adições
- 13.b.4. Situação do despacho
- 13.b.5. Data da situação do despacho
- 13.b.6. Hora da situação do despacho
- 13.b.7. Data do registro
- 13.b.8. Hora do registro
- 13.b.9. Data do desembaraço
- 13.b.10. Hora do desembaraço
- 13.b.11. Data da autorização de entrega
- 13.b.12. Hora da autorização de entrega
- 13.b.13. Tipo da autorização de entrega
- 13.b.14. Número do importador
- 13.b.15. Nome do importador
- 13.b.16. Descrição do tipo de caracterização da operação
- 13.b.17. Número do adquirente
- 13.b.18. Nome do adquirente
- 13.b.19. Peso bruto
- 13.b.20. Peso líquido
- 13.b.21. Tipo de documento de instrução do despacho
- 13.b.22. Identificação do documento de instrução do despacho
- 13.b.23. Moeda negociada do frete
- 13.b.24. Valor total do frete na moeda
- 13.b.25. Valor total do frete em dólar
- 13.b.26. Valor total do frete em real
- 13.b.27. Valor total do frete em território nacional
- 13.b.28. Moeda negociada do seguro
- 13.b.29. Valor total do seguro na moeda
- 13.b.30. Valor total do seguro em real
- 13.b.31. Valor total do seguro em dólar
- 13.b.32. Valor total em dólares no local de embarque
- 13.b.33. Valor total em reais no local de embarque
- 13.b.34. Valor total em dólares no local de desembarque
- 13.b.35. Valor total em reais no local de desembarque
- 13.b.36. País de procedência
- 13.b.37. Data da chegada da carga
- 13.b.38. Unidade de entrada
- 13.b.39. Via de transporte
- 13.b.40. Indicador multimodal
- 13.b.41. Nome transportador
- 13.b.42. Código do país do transportador
- 13.b.43. Nome do veículo
- 13.b.44. Número do veículo (placa)
- 13.b.45. Local de embarque
- 13.b.46. Data do embarque
- 13.b.47. Tipo de conhecimento
- 13.b.48. Tipo de utilização do conhecimento
- 13.b.49. Id master do conhecimento
- 13.b.50. Id de conhecimento
- 13.b.51. Número da adição
- 13.b.52. Código e descrição do vínculo entre comprador e vendedor
- 13.b.53. Exportador
- 13.b.53.1. Código do país de aquisição da mercadoria
- 13.b.53.2. Nome ou razão social
- 13.b.53.3. Endereço
- 13.b.54. Fabricante ou Produtor
- 13.b.54.1. Código do país de origem da mercadoria
- 13.b.54.2. Nome ou razão social
- 13.b.54.3. Endereço

13.b.55. Mercadoria  
 13.b.55.1. Código da NCM  
 13.b.55.2. Peso líquido da adição  
 13.b.55.3. Unidade de medida estatística  
 13.b.55.4. Quantidade na medida estatística  
 13.b.55.5. Número da LI  
 13.b.56. Condição de Venda da Mercadoria  
 13.b.56.1. Incoterm  
 13.b.56.2. Método de valoração  
 13.b.56.3. Código da moeda negociada  
 13.b.56.4. Local da condição  
 13.b.56.5. Valor na moeda negociada  
 13.b.57. Dados Cambiais  
 13.b.57.1. Código e denominação da cobertura cambial  
 13.b.57.2. Motivo da importação sem cobertura cambial  
 13.b.57.3. Número do ROF/Bacen  
 13.b.57.4. Código da instituição financiadora  
 13.b.57.5. Valor vinculado em real

14. Procurações  
 14.a. Argumentos de consulta  
 14.a.1. Tipo NI Outorgante  
 14.a.2. NI Outorgante  
 14.a.3. Tipo NI Outorgado  
 14.a.4. NI Outorgado  
 14.b. Dados e informações de resposta  
 14.b.1. Status da Consulta  
 14.b.2. Data Expiração Procuração  
 14.b.3. Número de sistemas com procuração  
 14.b.4. Lista Sistemas

15. Caixa Postal  
 15.a. Argumentos de consulta  
 15.a.1. NI Contribuinte  
 15.a.2. Tipo Contribuinte  
 15.a.3. CNPJ Referencia  
 15.a.4. Categoria  
 15.a.5. Status Leitura  
 15.a.6. Indicador Página Caixa Postal  
 15.a.7. Ponteiro Página Desejada  
 15.b. Dados e informações de resposta  
 15.b.1. Código Retorno Consulta  
 15.b.2. Indicador Última Página  
 15.b.3. Quantidade Mensagens  
 15.b.4. Ponteiro Página Retornada  
 15.b.5. Ponteiro Próxima Página  
 15.b.6. CNPJ Matriz  
 15.b. Lista de Mensagens  
 15.b.7. Código Sistema Remetente  
 15.b.8. Código Modelo Mensagem  
 15.b.9. Data Envio Mensagem  
 15.b.10. Hora Envio Mensagem  
 15.b.11. Número Controle Mensagem  
 15.b.12. Indicador Leitura  
 15.b.13. Data Leitura  
 15.b.14. Hora Leitura  
 15.b.15. Data Exclusão  
 15.b.16. Hora Exclusão  
 15.b.17. Data Ciência  
 15.b.18. assunto Modelo de Mensagem  
 15.b.19. Data Validade  
 15.b.20. Origem Modelo

15.b.21. valor Parâmetro Assunto  
 15.b.22. Relevância Mensagem  
 15.b.23. Identificador Único Mensagem  
 15.b.24. Tipo Origem  
 15.b.25. Descrição Origem

16. Caixa Postal - Detalhes Mensagens  
 16.a.a. Argumentos de consulta  
 16.a.1. Identificador Único Mensagem  
 16.a.2. Número Serie Certificado Digital  
 16.a.3. Emissor Certificado Digital  
 16.a.4. ip Usuário  
 16.a.5. ip Servidor Aplicação  
 16.a.6. tipo Autenticação Usuário  
 16.a.7. NI Usuário  
 16.a.8. Tipo Usuário  
 16.a.9. Código Acesso  
 16.a.10. Papel Usuário  
 16.a.11. Código Aplicação  
 16.a.12. NI Contribuinte  
 16.a.13. Tipo Contribuinte  
 16.b. Dados e informações de resposta  
 16.b.1. Código Retorno Consulta  
 16.b.2. Identificador Único Mensagem  
 16.b.3. Numero Serie Certificado Digital  
 16.b.4. Emissor Certificado Digital  
 16.b.5. ip Usuário  
 16.b.6. ip Servidor Aplicação  
 16.b.7. tipo Autenticação Usuário  
 16.b.8. NI Usuário  
 16.b.9. Tipo Usuário  
 16.b.10. Código Acesso  
 16.b.11. Papel Usuário  
 16.b.12. Código Aplicação  
 16.b.13. NI Contribuinte  
 16.b.14. Tipo Contribuinte

17. Caixa Postal - Indicador de Novas Mensagens  
 17.a. Argumentos de consulta  
 17.a.1. NI Contribuinte  
 17.a.2. Tipo Contribuinte  
 17.b. Dados e informações de resposta  
 17.b.1. Código Retorno Consulta  
 17.b.2. indicador Mensagens Novas

18. DARF - Consolidar e Emitir  
 18.a. Argumentos de entrada  
 18.a.1. CPF  
 18.a.2. CNPJ  
 18.a.3. UF  
 18.a.4. Município  
 18.a.5. Código receita  
 18.a.6. Código extensão  
 18.a.7. Moeda  
 18.a.8. Indicador cálculo multa mora  
 18.a.9. Número referência  
 18.a.10. Tipo período de apuração  
 18.a.11. Data início período apuração  
 18.a.12. Data fim período apuração  
 18.a.13. Data vencimento imposto  
 18.a.14. Data vencimento quota  
 18.a.15. Valor imposto

|   |  |
|---|--|
| 18.a.16. Ganho capital<br>18.a.17. Espólio saída definitiva<br>18.a.18. Data espólio saída<br>18.a.19. Data alienação<br>18.a.20. Data consolidação<br>18.b. Dados e informações de resposta<br>18.b.1. Arquivo PDF com as seguintes informações<br>18.b.1.1. Número do documento<br>18.b.1.2. Número CNPJ/Estabelecimento CNPJ (SE PJ)<br>18.b.1.3. Número CPF (SE PF)<br>18.b.1.4. Nome do Contribuinte / Razão Social<br>18.b.1.5. Data Limite para Pagamento<br>18.b.1.6. Valor Total<br>18.b.1.7. Valor Principal<br>18.b.1.8. Valor Multa<br>18.b.1.9. Valor Juros<br>18.b.1.10. Data de Vencimento<br>18.b.1.11. Período de Apuração/Competência<br>18.b.1.12. Observação 1<br>18.b.1.13. Observação 2<br>18.b.1.14. Observação 3<br>18.b.1.15. Código de Receita da Fração<br>18.b.1.16. Valor da Fração<br>18.b.1.17. Definição do Código de Receita da Fração<br>18.b.1.18. Código de Barras do Documento<br>18.b.1.19. QR Code   |  |
| 19. DCTF - WEB - Validação Autorização<br>19.a. Argumentos de entrada<br>19.a.1. Tipo NI Responsável Requisição<br>19.a.2. NI Responsável Requisição<br>19.a.3. Data Hora Requisição<br>19.a.4. Tipo Documento Requisição<br>19.a.4.1. Código Documento Requisição<br>19.a.4.2. Nome documento requisição<br>19.a.4.3. Código Procuração<br>19.a.5. Tipo NI Contribuinte<br>19.a.6. NI Contribuinte<br>19.a.7. Documento Requisição para Gerar Guia Declaração, Consultar Recibo Declaração, Consultar Declaração Completa, Consultar Relatório Crédito, Consultar Relatório Débito, Consultar Notificação Maed, Consultar Darf Maed, Consultar XML Declaração<br>19.a.7.1. Ano do Período Apuração da declaração<br>19.a.7.2. Mes do Período Apuração da declaração<br>19.a.7.3. Dia do Período Apuração da declaração<br>19.a.8. documento Requisição para Aplicar Vinculações<br>19.a.8.1. Ano do Período Apuração da declaração<br>19.a.8.2. Mes do Período Apuração da declaração<br>19.a.8.3. Dia do Período Apuração da declaração<br>19.a.8.4. Tipo Crédito Importação<br>19.a.8.5. Crédito Cadastro<br>19.a.8.5.1. Tipo Crédito<br>19.a.8.5.2. Valor Crédito<br>19.a.8.5.3. Número Processo<br>19.a.8.5.4. Data Início Auditoria<br>19.a.8.5.5. CNPJ Prestador<br>19.a.8.5.6. CNO Obra<br>19.a.8.5.7. Tipo Suspensão<br>19.a.8.5.8. Motivo Suspensão<br>19.a.8.5.9. Indicador Autoria Ação<br>19.a.8.5.10. Indicador Existência Deposito<br>19.a.8.5.11. Identificação Vara Judicial |  |

|   |
|---|
| 19.a.8.5.12. Código Município<br>19.a.8.5.13. UF Vara Judicial<br>19.a.8.5.14. Data Sentença Judicial<br>19.a.8.5.15. Tipo Formalização Pedido<br>19.a.8.5.16. Período Apuração Débito<br>19.a.9. documento Requisição para Transmitir Declaração<br>19.a.9.1. Ano do Período Apuração da declaração<br>19.a.9.2. Mes do Período Apuração da declaração<br>19.a.9.3. Dia do Período Apuração da declaração<br>19.a.9.4. Xml Declaração Assinado<br>19.b. Dados e informações de resposta<br>19.b.1. Identificador Requisição<br>19.b.2. status<br>19.b.3. mensagem<br>19.b.4. Dados Retorno para Gerar Guia Declaração, Consultar Recibo Declaração, Consultar Declaração Completa, Consultar Relatório Crédito, Consultar Relatório Débito, Consultar Notificação Maed, Consultar Darf Maed, Consultar XML Declaração<br>19.b.4.1. Tipo NI Contribuinte<br>19.b.4.2. NI Contribuinte<br>19.b.4.3. Período Apuração da Declaração<br>19.b.4.4. Categoria da Declaração<br>19.b.4.5. xml Documento<br>19.b.4.6. PDF Documento<br>19.b.5. Dados Retorno para Aplicar Vinculação<br>19.b.5.1. Tipo NI Contribuinte<br>19.b.5.2. NI Contribuinte<br>19.b.5.3. Período Apuração da Declaração<br>19.b.5.4. Categoria da Declaração<br>19.b.5.5. Valor Apurado<br>19.b.5.6. Valor Vinculado<br>19.b.5.7. Valor Créditos<br>19.b.5.8. Saldo a Pagar<br>19.b.5.9. Lista Créditos Vinculados Importados<br>19.b.5.9.1. Tipo Crédito Importação<br>19.b.5.9.2. Valor do Crédito<br>19.b.5.9.3. Indicador Sucesso Importação<br>19.b.5.9.4. Valor Vinculado<br>19.b.6. Dados Retorno para Transmitir Declaração<br>19.b.6.1. Tipo NI Contribuinte<br>19.b.6.2. NI Contribuinte<br>19.b.6.3. Período Apuração da Declaração<br>19.b.6.4. Categoria da Declaração<br>19.b.6.5. indicador Sucesso Transmissão |
| 20. Integra Simples Nacional<br>20.a. Argumentos de entrada<br>20.a.1. Efetuar Opção pelo Regime<br>20.a.1.1. CNPJ Completo<br>20.a.1.2. Ano Opção<br>20.a.1.3. Tipo Regime<br>20.a.1.4. Descritivo Regime<br>20.a.1.5. Indicador de Concordância com Resolução<br>20.a.2. Consultar Anos Calendários<br>20.a.2.1. CNPJ Completo<br>20.a.3. Consultar Opção<br>20.a.3.1. CNPJ Completo<br>20.a.3.2. Ano Calendário<br>20.a.4. Consultar Resolução<br>20.a.4.1. CNPJ Completo<br>20.a.4.2. Ano Calendário<br>20.b. Dados e informações de resposta   |

20.b.1. status  
 20.b.2. mensagem  
 20.b.3. Dados Retorno para Opção pelo Regime  
 20.b.3.1. CNPJ Matriz  
 20.b.3.2. Razão Social  
 20.b.3.3. Ano Calendário  
 20.b.3.4. Regime Escolhido  
 20.b.3.5. Endereço IP computador  
 20.b.3.6. Data Hora Opção  
 20.b.3.7. Demonstrativo PDF  
 20.b.3.8. Nome do Arquivo Demonstrativo  
 20.b.3.9. Texto Resolução  
 20.b.3.10. Lista de mensagens  
 20.b.4. Dados Retorno para Consultar Anos Calendários  
 20.b.4.1. CNPJ Matriz  
 20.b.4.2. Ano Calendário  
 20.b.4.3. Regime Apurado  
 20.b.4.4. Lista de mensagens  
 20.b.5. Dados Retorno para Consultar Opção  
 20.b.5.1. CNPJ Matriz  
 20.b.5.2. Razão Social  
 20.b.5.3. Ano Calendário  
 20.b.5.4. Regime Escolhido  
 20.b.5.5. Endereço IP computador  
 20.b.5.6. Data Hora Opção  
 20.b.5.7. Demonstrativo PDF  
 20.b.5.8. Nome do Arquivo Demonstrativo  
 20.b.5.9. Texto Resolução  
 20.b.5.10. Lista de mensagens  
 20.b.6. Dados Retorno para Consultar Resolução  
 20.b.6.1. Ano Calendário  
 20.b.6.2. Texto Resolução  
 20.b.6.3. Lista de mensagens

21. Integra PGDASD-CONSULTAS  
 21.a. Argumentos de consultas  
 21.a.1. Consultar Declarações  
 21.a.1.1. CNPJ Completo  
 21.a.1.2. Ano Calendário  
 21.a.1.3. Período Apuração  
 21.a.2. Consultar Última Declaração com Recibo  
 21.a.2.1. CNPJ Completo  
 21.a.2.2. Período Apuração  
 21.a.3. Consultar Declaração Recibo  
 21.a.3.1. CNPJ Completo  
 21.a.3.2. Número Declaração  
 21.a.4. Consultar Extrato Das  
 21.a.4.1. CNPJ Completo  
 21.a.4.2. Número Das  
 21.b. Dados e informações de resposta  
 21.b.1. status  
 21.b.2. mensagem  
 21.b.3. Dados Retorno para Consultar Declarações  
 21.b.3.1. Ano Calendário  
 21.b.3.2. Períodos de Apurações  
 21.b.3.2.1. Período de Apuração  
 21.b.3.2.2. Operações  
 21.b.3.2.2.1. Tipo de Operação  
 21.b.3.2.2.2. Índice Declaração  
 21.b.3.2.2.2.1. Número Declaração  
 21.b.3.2.2.2.2. Data Hora Transmissão



21.b.3.2.2.2.3. Situação de Malha  
 21.b.3.2.2.3. Índice Das  
 21.b.3.2.2.3.1. Número Das  
 21.b.3.2.2.3.2. Data Hora Emissão Das  
 21.b.3.2.2.3.3. Das Pago  
 21.b.3.3. mensagens  
 21.b.4. Dados Retorno para Consultar Última Declaração Recibo  
 21.b.4.1. Número Declaração  
 21.b.4.2. recibo  
 21.b.4.2.1. nome Arquivo Recibo  
 21.b.4.2.2. Arquivo Base 64 Recibo PDF  
 21.b.4.3. declaração  
 21.b.4.3.1. nome Arquivo Declaração  
 21.b.4.3.2. Arquivo Base 64 Declaração PDF  
 21.b.4.4. maed  
 21.b.4.4.1. Nome Arquivo Maed  
 21.b.4.4.2. Arquivo Base 64 MAED PDF  
 21.b.4.4.3. Nome Arquivo Darf  
 21.b.4.4.4. Arquivo Base 64 Darf PDF  
 21.b.4.5. mensagens  
 21.b.5. Dados Retorno para Consultar Última Declaração com Recibo  
 21.b.5.1. Número Declaração  
 21.b.5.2. recibo  
 21.b.5.2.1. nome Arquivo Recibo  
 21.b.5.2.2. Arquivo Base 64 Recibo PDF  
 21.b.5.3. declaração  
 21.b.5.3.1. nome Arquivo Declaração  
 21.b.5.3.2. Arquivo Base 64 Declaração PDF  
 21.b.5.4. maed  
 21.b.5.4.1. Nome Arquivo Maed  
 21.b.5.4.2. Arquivo Base 64 MAED PDF  
 21.b.5.4.3. Nome Arquivo Darf  
 21.b.5.4.4. Arquivo Base 64 Darf PDF  
 21.b.5.5. mensagens  
 21.b.6. Dados Retorno para Consultar Extrato Das  
 21.b.6.1. Número Das  
 21.b.6.2. extrato  
 21.b.6.2.1. Nome Arquivo Extrato  
 21.b.6.2.2. Arquivo Base 64 Extrato PDF  
 21.b.6.3. mensagens

22. Integra DEFIS-CONSULTAS  
 22.a. Argumentos de consulta  
 22.a.1. Consultar Declarações  
 22.a.1.1. CNPJ Completo  
 22.a.2. Consultar Última Declaração com Recibo  
 22.a.2.1. CNPJ Completo  
 22.a.2.2. Ano Calendário  
 22.a.3. Consultar Declaração Recibo  
 22.a.3.1. CNPJ Completo  
 22.a.3.2. Número Defis  
 22.b. Dados e informações de resposta  
 22.b.1. status  
 22.b.2. mensagem  
 22.b.3. Dados Retorno para Consultar Declarações  
 22.b.3.1. Ano Calendário  
 22.b.3.2. Número Defis  
 22.b.3.3. Tipo Declaração  
 22.b.3.4. situação da Declaração  
 22.b.3.5. data Hora entrega declaração  
 22.b.3.6. mensagens



|   |
|---|
| 22.b.4. Dados Retorno para Consultar Última Declaração com Recibo |
| 22.b.4.1. Número Defis  |
| 22.b.4.2. recibo  |
| 22.b.4.2.1. nome Arquivo Recibo                                   |
| 22.b.4.2.2. Arquivo Base 64 Recibo PDF                            |
| 22.b.4.3. declaração  |
| 22.b.4.3.1. nome Arquivo Declaração                               |
| 22.b.4.3.2. Arquivo Base 64 Declaração PDF                        |
| 22.b.4.4. mensagens   |
| 22.b.5. Dados Retorno para Consultar Declaração Recibo            |
| 22.b.5.1. Número Defis  |
| 22.b.5.2. recibo  |
| 22.b.5.2.1. nome Arquivo Recibo                                   |
| 22.b.5.2.2. Arquivo Base 64 Recibo PDF                            |
| 22.b.5.3. declaração  |
| 22.b.5.3.1. nome Arquivo Declaração                               |
| 22.b.5.3.2. Arquivo Base 64 Declaração PDF                        |
| 22.b.5.4. mensagens   |
| 23. Integra DEFIS-Entregar Declaração                             |
| 23.a. Argumentos de entrada                                       |
| 23.a.1. Entregar Declaração                                       |
| 23.a.1.1. CNPJ Completo   |
| 23.a.1.2. Ano Calendário  |
| 23.a.1.3. Dados Declaração  |
| 23.a.1.3.1. empresa   |
| 23.a.1.3.1.1. ganhos Capital                                      |
| 23.a.1.3.1.2. Quantidade Empregados Inicial                       |
| 23.a.1.3.1.3. Quantidade Empregados Final                         |
| 23.a.1.3.1.4. Lucro Contábil                                      |
| 23.a.1.3.1.5. Receita Exportação Direta                           |
| 23.a.1.3.1.6. Comerciais Exportadoras                             |
| 23.a.1.3.1.6.1. CNPJ  |
| 23.a.1.3.1.6.2. Valor   |
| 23.a.1.3.1.7. Sócios  |
| 23.a.1.3.1.7.1. CPF Sócio   |
| 23.a.1.3.1.7.2. rendimentos Isentos                               |
| 23.a.1.3.1.7.3. rendimentos Tributáveis                           |
| 23.a.1.3.1.7.4. Participação Capital Social                       |
| 23.a.1.3.1.7.5. IR Retido Fonte                                   |
| 23.a.1.3.1.8. Participação Cotas Tesouraria                       |
| 23.a.1.3.1.9. ganhos Renda Variável                               |
| 23.a.1.3.1.10. Doações Campanha Eleitoral                         |
| 23.a.1.3.1.10.1. CNPJ Beneficiário                                |
| 23.a.1.3.1.10.2. Tipo Beneficiário                                |
| 23.a.1.3.1.10.3. Forma Doação                                     |
| 23.a.1.3.1.10.4. valor doação                                     |
| 23.a.1.3.1.11. Estabelecimentos                                   |
| 23.a.1.3.1.11.1. CNPJ do estabelecimento                          |
| 23.a.1.3.1.11.2. estoque Inicial                                  |
| 23.a.1.3.1.11.3. estoque Final                                    |
| 23.a.1.3.1.11.4. Saldo Caixa Inicial                              |
| 23.a.1.3.1.11.5. Saldo Caixa Final                                |
| 23.a.1.3.1.11.6. Aquisições Mercado Interno                       |
| 23.a.1.3.1.11.7. Aquisições Mercado Externo                       |
| 23.a.1.3.1.11.8. Total Entradas Por Transferência                 |
| 23.a.1.3.1.11.9. Total Saídas Por Transferência                   |
| 23.a.1.3.1.11.10. Total Devoluções Vendas                         |
| 23.a.1.3.1.11.11. Total Entradas                                  |
| 23.a.1.3.1.11.12. Total Devoluções Compras                        |
| 23.a.1.3.1.11.13. Total Despesas                                  |

23.a.1.3.1.11.14. Entradas Interestaduais  
 23.a.1.3.1.11.14.1. UF  
 23.a.1.3.1.11.14.2. valor  
 23.a.1.3.1.11.15. Saídas Interestaduais  
 23.a.1.3.1.11.15.1. UF  
 23.a.1.3.1.11.15.2. valor  
 23.a.1.3.1.11.16. ISS Retidos Fonte  
 23.a.1.3.1.11.16.1. UF  
 23.a.1.3.1.11.16.2. código Município  
 23.a.1.3.1.11.16.3. valor  
 23.a.1.3.1.11.17. Prestações Serviços Comunicação  
 23.a.1.3.1.11.17.1. UF  
 23.a.1.3.1.11.17.2. código Município  
 23.a.1.3.1.11.17.3. valor  
 23.a.1.3.1.11.18. houve Mudança Outro Município  
 23.a.1.3.1.11.19. mudanças Outro Município  
 23.a.1.3.1.11.19.1. UF Origem  
 23.a.1.3.1.11.19.2. código Município Origem  
 23.a.1.3.1.11.19.3. UF Destino  
 23.a.1.3.1.11.19.4. Código Município Destino  
 23.a.1.3.1.11.19.5. Data Mudança  
 23.a.1.3.1.11.20. Incorrido Em Hipóteses  
 23.a.1.3.1.11.21. Saída Transferência Mercadorias  
 23.a.1.3.1.11.22. Vendas Revendedor Ambulante  
 23.a.1.3.1.11.22.1. UF  
 23.a.1.3.1.11.22.2. Código Município  
 23.a.1.3.1.11.22.3. Valor  
 23.a.1.3.1.11.23. Preparos Comercializações Refeições  
 23.a.1.3.1.11.23.1. UF  
 23.a.1.3.1.11.23.2. Código Município  
 23.a.1.3.1.11.23.3. Valor  
 23.a.1.3.1.11.24. Produções Rurais  
 23.a.1.3.1.11.24.1. UF  
 23.a.1.3.1.11.24.2. Código Município  
 23.a.1.3.1.11.24.3. Valor  
 23.a.1.3.1.11.25. Aquisições Produtores Rurais  
 23.a.1.3.1.11.25.1. UF  
 23.a.1.3.1.11.25.2. Código Município  
 23.a.1.3.1.11.25.3. Valor  
 23.a.1.3.1.11.26. Aquisições Dispensados Inscrição  
 23.a.1.3.1.11.26.1. UF  
 23.a.1.3.1.11.26.2. Código Município  
 23.a.1.3.1.11.26.3. Valor  
 23.a.1.3.1.11.27. Autoinfração Pago  
 23.a.1.3.1.11.28. Rateios Receita Regime Especial  
 23.a.1.3.1.11.28.1. Número Regime Especial  
 23.a.1.3.1.11.28.2. UF  
 23.a.1.3.1.11.28.3. Código Município  
 23.a.1.3.1.11.28.4. Valor  
 23.a.1.3.1.11.29. Rateios Receita Decisão Judicial  
 23.a.1.3.1.11.29.1. identificação Decisão  
 23.a.1.3.1.11.29.2. UF  
 23.a.1.3.1.11.29.3. Código Município  
 23.a.1.3.1.11.29.4. Valor  
 23.a.1.3.1.11.30. Rateios Receita Outros Rateios  
 23.a.1.3.1.11.30.1. Origem Exigência  
 23.a.1.3.1.11.30.2. UF  
 23.a.1.3.1.11.30.3. Código Município  
 23.a.1.3.1.11.30.4. Valor  
 23.a.1.3.1.11.31. Prestações Serviços Transporte

|   |
|---|
| 23.a.1.3.1.11.31.1. UF<br>23.a.1.3.1.11.31.2. Código Município<br>23.a.1.3.1.11.31.3. Valor<br>23.a.1.3.2. Indicador Situação Especial<br>23.a.1.3.3. tipo Evento de situação Especial<br>23.a.1.3.4. data Evento Situação Especial<br>23.a.1.3.5. Indicador inativa<br>23.b. Dados e informações de resposta<br>23.b.1. status<br>23.b.2. mensagem<br>23.b.3. Arquivo Base 64 Declaração PDF<br>23.b.4. Arquivo Base 64 Recibo PDF   |
| 24. Integra DASNSIMEI<br>24.a. Argumentos de entrada<br>24.a.1. Entregar Declaração<br>24.a.1.1. CNPJ Completo<br>24.a.1.2. Ano Calendário<br>24.a.1.3. Tipo Declaração<br>24.a.1.4. Dados<br>24.a.1.4.1. Situação Especial<br>24.a.1.4.2. Data Extinção<br>24.a.1.4.3. Receita Comercio<br>24.a.1.4.4. receita Serviço<br>24.a.1.4.5. empregado<br>24.a.2. Consultar Declaração<br>24.a.2.1. CNPJ Completo<br>24.a.2.2. Ano Calendário<br>24.a.3. Atualizar DAS Excesso<br>24.a.3.1. CNPJ Completo<br>24.a.3.2. Ano Calendário<br>24.a.3.3. Número Recibo<br>24.a.3.4. Data Pagamento<br>24.b. Dados e informações de resposta<br>24.b.1. status<br>24.b.2. mensagem<br>24.b.3. Dados retorno Entregar Declaração<br>24.b.3.1. Número Recibo<br>24.b.3.2. Data Transmissão<br>24.b.3.3. Tipo Declaração<br>24.b.3.4. Arquivo Base 64 Recibo PDF<br>24.b.3.5. Arquivo Base 64 DAS Excesso Receita PDF<br>24.b.3.6. detalhamento Das Excesso<br>24.b.3.6.1. Período Apuração<br>24.b.3.6.2. número Documento<br>24.b.3.6.3. Data Vencimento<br>24.b.3.6.4. Data Limite Acolhimento<br>24.b.3.6.5. Valores<br>24.b.3.6.5.1. Principal<br>24.b.3.6.5.2. Multa<br>24.b.3.6.5.3. Juros<br>24.b.3.6.5.4. Total<br>24.b.3.6.6. Observação 1<br>24.b.3.6.7. Observação 2<br>24.b.3.6.8. Observação 3<br>24.b.3.6.9. Composição<br>24.b.3.6.10. Código Retorno<br>24.b.3.6.11. Mensagem<br>24.b.3.7. Arquivo Base 64 MAED PDF<br>24.b.3.8. Arquivo Base 64 DARF MAED PDF<br>24.b.3.9. Detalhamento Darf Maed |

24.b.3.9.1. Período Apuração  
24.b.3.9.2. código Receita  
24.b.3.9.3. denominação  
24.b.3.9.4. Valores  
24.b.3.9.4.1. Principal  
24.b.3.9.4.2. Multa  
24.b.3.9.4.3. Juros  
24.b.3.9.4.4. Total  
24.b.3.10. Código Retorno  
24.b.3.11. mensagem  
24.b.4. Dados retorno Consultar Declaração  
24.b.4.1. Número Recibo  
24.b.4.2. Data Transmissão  
24.b.4.3. Tipo Declaração  
24.b.4.4. Arquivo Base 64 Recibo PDF  
24.b.4.5. Arquivo Base 64 MAED PDF  
24.b.4.6. Arquivo Base 64 DARF MAED PDF  
24.b.4.7. Detalhamento Darf  
24.b.4.7.1. Período Apuração  
24.b.4.7.2. Número Documento  
24.b.4.7.3. Data Vencimento  
24.b.4.7.4. Data Limite Acolhimento  
24.b.4.7.5. Valores  
24.b.4.7.5.1. Principal  
24.b.4.7.5.2. Multa  
24.b.4.7.5.3. Juros  
24.b.4.7.5.4. Total  
24.b.4.7.6. Observação 1  
24.b.4.7.7. Observação 2  
24.b.4.7.8. Observação 3  
24.b.4.7.9. Composição  
24.b.4.7.9.1. período Apuração  
24.b.4.7.9.2. código  
24.b.4.7.9.3. denominação  
24.b.4.7.9.4. valores  
24.b.4.7.9.4.1. Principal  
24.b.4.7.9.4.2. Multa  
24.b.4.7.9.4.3. Juros  
24.b.4.7.9.4.4. Total  
24.b.4.7.10. Código Retorno  
24.b.4.7.11. Mensagem  
24.b.4.8. Código Retorno  
24.b.4.9. Mensagem  
24.b.5. Campos Retorno para Atualizar DAS Excesso  
24.b.5.1. CNPJ Completo  
24.b.5.2. Razão Social  
24.b.5.3. Nome Arquivo DASMEI  
24.b.5.4. Arquivo Base 64 DASMEI PDF  
24.b.5.5. Detalhamento  
24.b.5.5.1. Período Apuração  
24.b.5.5.2. Número Documento  
24.b.5.5.3. Data Vencimento  
24.b.5.5.4. Data Limite Acolhimento  
24.b.5.5.5. Valores  
24.b.5.5.5.1. Principal  
24.b.5.5.5.2. Multa  
24.b.5.5.5.3. Juros  
24.b.5.5.5.4. Total  
24.b.5.5.6. Observação 1  
24.b.5.5.7. Observação 2

24.b.5.5.8. Observação 3  
 24.b.5.5.9. Composição  
 24.b.5.5.9.1. período Apuração  
 24.b.5.5.9.2. código  
 24.b.5.5.9.3. denominação  
 24.b.5.5.9.4. valores  
 24.b.5.5.9.4.1. Principal  
 24.b.5.5.9.4.2. Multa  
 24.b.5.5.9.4.3. Juros  
 24.b.5.5.9.4.4. Total  
 24.b.5.5.10. código Retorno  
 24.b.5.5.11. mensagem

25. Integra PGMEI  
 25.a. Argumentos de entrada  
 25.a.1. Gerar DAS em PDF  
 Gerar DAS em Código de Barras"  
 25.a.1.1. CNPJ Completo  
 25.a.1.2. Período Apuração  
 25.a.1.3. Data Pagamento  
 25.a.2. Atualizar Benefício  
 25.a.2.1. CNPJ Completo  
 25.a.2.2. Ano Calendário  
 25.a.2.3. Info Benefício  
 25.a.2.3.1. Período Apuração  
 25.a.2.3.2. Indicador Benefício  
 25.a.3. Consultar Dívida Ativa  
 25.a.3.1. CNPJ Completo  
 25.a.3.2. Ano Calendário  
 25.b. Dados e informações de resposta  
 25.b.1. Dados retorno Gerar DAS em PDF  
 25.b.1.1. CNPJ Completo  
 25.b.1.2. Razão Social  
 25.b.1.3. Nome Arquivo DAS  
 25.b.1.4. Arquivo Base 64 DASMEI PDF  
 25.b.1.5. detalhamento  
 25.b.1.5.1. Período Apuração  
 25.b.1.5.2. Número Documento  
 25.b.1.5.3. data Vencimento  
 25.b.1.5.4. Data Limite Acolhimento  
 25.b.1.5.5. Valores  
 25.b.1.5.5.1. principal  
 25.b.1.5.5.2. multa  
 25.b.1.5.5.3. juros  
 25.b.1.5.5.4. total  
 25.b.1.5.6. observação 1  
 25.b.1.5.7. observação 2  
 25.b.1.5.8. observação 3  
 25.b.1.5.9. composição  
 25.b.1.5.9.1. período Apuração  
 25.b.1.5.9.2. código Receita  
 25.b.1.5.9.3. denominação  
 25.b.1.5.9.4. valores  
 25.b.1.5.9.4.1. principal  
 25.b.1.5.9.4.2. multa  
 25.b.1.5.9.4.3. juros  
 25.b.1.5.9.4.4. total  
 25.b.1.5.10. código Retorno  
 25.b.1.5.11. mensagem  
 25.b.2. Dados retorno Gerar DAS em Código de Barras  
 25.b.2.1. status

25.b.2.2. message  
25.b.2.3. Dados Retorno  
25.b.2.3.1. CNPJ Completo  
25.b.2.3.2. Razão Social  
25.b.2.3.3. Detalhamento  
25.b.2.3.3.1. Período Apuração  
25.b.2.3.3.2. Número Documento  
25.b.2.3.3.3. data Vencimento  
25.b.2.3.3.4. data Limite Acolhimento  
25.b.2.3.3.5. valores  
25.b.2.3.3.5.1. principal  
25.b.2.3.3.5.2. multa  
25.b.2.3.3.5.3. juros  
25.b.2.3.3.5.4. total  
25.b.2.3.3.6. código De Barras  
25.b.2.3.3.7. observação 1  
25.b.2.3.3.8. observação 2  
25.b.2.3.3.9. observação 3  
25.b.2.3.3.10. composição  
25.b.2.3.3.10.1. Período Apuração  
25.b.2.3.3.10.2. código Receita  
25.b.2.3.3.10.3. Denominação  
25.b.2.3.3.10.4. Valores  
25.b.2.3.3.10.4.1. principal  
25.b.2.3.3.10.4.2. multa  
25.b.2.3.3.10.4.3. juros  
25.b.2.3.3.10.4.4. total  
25.b.2.3.3.11. código Retorno  
25.b.2.3.3.12. mensagem  
25.b.3. Dados retorno Atualizar Benefício  
25.b.3.1. status  
25.b.3.2. mensagem  
25.b.3.3. Dados Retorno  
25.b.3.3.1. CNPJ Completo  
25.b.3.3.2. Razão Social  
25.b.3.3.3. Nome Arquivo DAS  
25.b.3.3.4. Arquivo Base 64 DASMEI PDF  
25.b.3.3.5. detalhamento  
25.b.3.3.5.1. Período Apuração  
25.b.3.3.5.2. Número Documento  
25.b.3.3.5.3. Data Vencimento  
25.b.3.3.5.4. data Limite Acolhimento  
25.b.3.3.5.5. valores  
25.b.3.3.5.5.1. principal  
25.b.3.3.5.5.2. multa  
25.b.3.3.5.5.3. juros  
25.b.3.3.5.5.4. total  
25.b.3.3.5.6. observação 1  
25.b.3.3.5.7. observação 2  
25.b.3.3.5.8. observação 3  
25.b.3.3.5.9. composição  
25.b.3.3.5.9.1. Período Apuração  
25.b.3.3.5.9.2. código Receita  
25.b.3.3.5.9.3. Denominação  
25.b.3.3.5.9.4. Valores  
25.b.3.3.5.9.4.1. principal  
25.b.3.3.5.9.4.2. multa  
25.b.3.3.5.9.4.3. juros  
25.b.3.3.5.9.4.4. total  
25.b.3.3.5.10. código Retorno

|  |
|--|
| 25.b.3.3.5.11. mensagem<br>25.b.4. Dados retorno Consultar Dívida Ativa<br>25.b.4.1. status<br>25.b.4.2. mensagem<br>25.b.4.3. Dados Retorno<br>25.b.4.3.1. período Apuração<br>25.b.4.3.2. Sigla Tributo<br>25.b.4.3.3. Valor<br>25.b.4.3.4. Ente Federado<br>25.b.4.3.5. Situação Débito   |
| 26. Integra PGDASD<br>26.a. Argumentos de entrada<br>26.a.1. Entregar PGDASD<br>26.a.1.1. CNPJ Completo<br>26.a.1.2. Período Apuração<br>26.a.1.3. Indicador Transmissão Imediata<br>26.a.1.4. Dados Declaração<br>26.a.1.4.1. Tipo Declaração<br>26.a.1.4.2. Receita PA Competência Interno<br>26.a.1.4.3. Receita PA Competência Externo<br>26.a.1.4.4. Receita PA Caixa Interno<br>26.a.1.4.5. Receita PA Caixa Externo<br>26.a.1.4.6. Valor Fixolcms<br>26.a.1.4.7. Valor Fixolss<br>26.a.1.4.8. Receitas Brutas Anteriores<br>26.a.1.4.8.1. Período Apuração<br>26.a.1.4.8.2. Valor Interno<br>26.a.1.4.8.3. Valor Externo<br>26.a.1.4.9. Folhas Salário<br>26.a.1.4.9.1. Período Apuração<br>26.a.1.4.9.2. Valor Receita<br>26.a.1.4.10. Estabelecimentos<br>26.a.1.4.10.1. Período Apuração<br>26.a.1.4.10.2. Valor da Receita<br>26.a.1.4.10.3. Atividades<br>26.a.1.4.10.3.1. id Atividade<br>26.a.1.4.10.3.2. valor Atividade<br>26.a.1.4.10.3.3. Receitas Atividade<br>26.a.1.4.10.3.3.1. Valor da Parcela<br>26.a.1.4.10.3.3.2. Código Outro Município<br>26.a.1.4.10.3.3.3. Isenções<br>26.a.1.4.10.3.3.3.1. Código Tributo<br>26.a.1.4.10.3.3.3.2. Valor Isenção<br>26.a.1.4.10.3.3.3.3. identificador Isenção<br>26.a.1.4.10.3.3.4. Reduções<br>26.a.1.4.10.3.3.4.1. Código Tributo<br>26.a.1.4.10.3.3.4.2. valor Redução<br>26.a.1.4.10.3.3.4.3. Percentual Redução<br>26.a.1.4.10.3.3.5. Qualificações Tributarias<br>26.a.1.4.10.3.3.5.1. Código Tributo<br>26.a.1.4.10.3.3.5.2. Id Qualificação Tributária<br>26.a.1.4.10.3.3.6. Exigibilidades Suspensa<br>26.a.1.4.10.3.3.6.1. Código Tributo<br>26.a.1.4.10.3.3.6.2. Número Processo<br>26.a.1.4.10.3.3.6.3. Código Município<br>26.a.1.4.10.3.3.6.4. UF<br>26.a.1.4.10.3.3.6.5. Vara<br>26.a.1.4.10.3.3.6.6. Indicador deposito<br>26.a.1.4.10.3.3.6.7. Motivo Exigibilidade Suspensa<br>26.a.1.4.11. não Optante |

- 26.a.1.4.11.1. Número Processo
- 26.a.1.4.11.2. esfera Administrativa Processo
- 26.a.1.4.11.3. UF Processo
- 26.a.1.4.11.4. Código Município Processo
- 26.a.1.5. Valores Para Comparação
- 26.a.1.5.1. Código Tributo
- 26.a.1.5.2. Valor Tributo
- 26.a.2. Gerar DAS PGDASD
- 26.a.2.1. CNPJ Completo
- 26.a.2.2. Período Apuração
- 26.a.2.3. Data Consolidação
- 26.b. Dados e informações de resposta
- 26.b.1. Dados retorno Entregar PGDASD
- 26.b.1.1. status
- 26.b.1.2. mensagem
- 26.b.1.3. Dados Retorno
- 26.b.1.3.1. Id Declaração
- 26.b.1.3.2. Data Hora Transmissão
- 26.b.1.3.3. Valores Devidos
- 26.b.1.3.3.1. Código Tributo
- 26.b.1.3.3.2. Valor Tributo
- 26.b.1.3.4. Arquivo Base 64 Declaração PDF
- 26.b.1.3.5. Arquivo Base 64 Recibo PDF
- 26.b.1.3.6. Arquivo Base 64 Maed PDF
- 26.b.1.3.7. Arquivo Base 64 Darf Maed PDF
- 26.b.1.3.8. detalhamento Darf Maed
- 26.b.1.3.8.1. Período Apuração
- 26.b.1.3.8.2. Número Documento
- 26.b.1.3.8.3. Data Vencimento
- 26.b.1.3.8.4. Data Limite Acolhimento
- 26.b.1.3.8.5. Valores
- 26.b.1.3.8.5.1. principal
- 26.b.1.3.8.5.2. multa
- 26.b.1.3.8.5.3. juros
- 26.b.1.3.8.5.4. total
- 26.b.1.3.8.6. Observação 1
- 26.b.1.3.8.7. Observação 2
- 26.b.1.3.8.8. Observação 3
- 26.b.1.3.8.9. Composição
- 26.b.1.3.8.9.1. Período Apuração
- 26.b.1.3.8.9.2. Código Receita
- 26.b.1.3.8.9.3. Denominação
- 26.b.1.3.8.9.4. Valores
- 26.b.1.3.8.9.4.1. principal
- 26.b.1.3.8.9.4.2. multa
- 26.b.1.3.8.9.4.3. juros
- 26.b.1.3.8.9.4.4. total
- 26.b.1.3.8.10. Código Retorno
- 26.b.1.3.8.11. Mensagem
- 26.b.1.3.9. mensagem
- 26.b.2. Dados retorno Gerar DAS PGDASD
- 26.b.2.1. status
- 26.b.2.2. mensagem
- 26.b.2.3. Dados Retorno
- 26.b.2.3.1. Arquivo Base 64 DAS PDF
- 26.b.2.3.2. CNPJ Completo
- 26.b.2.3.3. Detalhamento Das
- 26.b.2.3.3.1. Período Apuração
- 26.b.2.3.3.2. Número Documento
- 26.b.2.3.3.3. Data Vencimento



26.b.2.3.3.4. Data limite Acolhimento  
 26.b.2.3.3.5. Valores  
 26.b.2.3.3.5.1. principal  
 26.b.2.3.3.5.2. multa  
 26.b.2.3.3.5.3. juros  
 26.b.2.3.3.5.4. total  
 26.b.2.3.3.6. Observação 1  
 26.b.2.3.3.7. Observação 2  
 26.b.2.3.3.8. Observação 3  
 26.b.2.3.3.9. Composição  
 26.b.2.3.3.9.1. Período Apuração  
 26.b.2.3.3.9.2. Código Receita  
 26.b.2.3.3.9.3. Denominação  
 26.b.2.3.3.9.4. Valores  
 26.b.2.3.3.9.4.1. principal  
 26.b.2.3.3.9.4.2. multa  
 26.b.2.3.3.9.4.3. juros  
 26.b.2.3.3.9.4.4. total  
 26.b.2.3.3.10. Código Retorno  
 26.b.2.3.3.11. Mensagem

27. Consulta Comprovante de Pagamento  
 27.a. Argumentos de Consulta  
 27.a.1. tipo Documento  
 27.a.2. data Arrecadação Inicial  
 27.a.3. data Arrecadação Final  
 27.a.4. CNPJ  
 27.a.5. CPF  
 27.a.6. valor Inicial  
 27.a.7. valor Final  
 27.a.8. receita  
 27.a.9. Número Documento  
 27.b. Dados e informações de resposta  
 27.b.1. número Documento  
 27.b.2. data Arrecadação  
 27.b.3. tipo Documento  
 27.b.3.1. código  
 27.b.3.2. descrição  
 27.b.4. situação Documento  
 27.b.5. Valor Total  
 27.b.6. Receita 01  
 27.b.6.1. código  
 27.b.6.2. descrição  
 27.b.7. Receita 02  
 27.b.7.1. código  
 27.b.7.2. descrição  
 27.b.8. Receita03  
 27.b.8.1. código  
 27.b.8.2. descrição  
 27.b.9. Banco Código  
 27.b.10. Agência Código  
 27.b.11. NI Contribuinte  
 27.b.12. data Vencimento  
 27.b.13. processo  
 27.b.14. referência  
 27.b.15. período Apuração  
 27.b.16. Valor Restituição  
 27.b.17. id Depósito CEF  
 27.b.18. valor Saldo Principal  
 27.b.19. valor Saldo Multa  
 27.b.20. valor Saldo Juros

27.b.21. valor DJE transformado em pagamento definitivo  
27.b.22. valor DJE Devido ao contribuinte  
27.b.23. desmembramentos  
27.b.23.1. Número Documento  
27.b.23.2. sequencial Desmembramento  
27.b.23.3. período Apuração  
27.b.23.4. data Vencimento  
27.b.23.5. valor Total  
27.b.23.6. valor Principal  
27.b.23.7. valor Multa  
27.b.23.8. valor Juros  
27.b.23.9. valor Saldo Principal  
27.b.23.10. valor Saldo Multa  
27.b.23.11. valor Saldo Juros  
27.b.23.12. frações  
27.b.23.12.1. número Documento  
27.b.23.12.2. sequencial Fração  
27.b.23.12.3. valor fração  
27.b.23.12.4. receita fração  
27.b.23.12.4.1. Código receita  
27.b.23.12.4.2. Descrição Código Receita  
27.b.23.12.4.3. Código extensão Receita  
27.b.23.12.4.4. Descrição Código Extensão Receita  
27.b.23.12.5. tipo Fração  
27.b.23.12.5.1. código  
27.b.23.12.5.2. descrição  
27.b.23.12.6. valor Saldo Fração

## LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais  
(LGPD) ([Ementa com redação dada pela Lei nº 13.853, de 8/7/2019](#))

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. ([Parágrafo único acrescido pela Lei nº 13.853, de 8/7/2019](#))

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- I - o respeito à privacidade;
- II - a autodeterminação informativa;
- III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou [\*\(Inciso com redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 27/12/2018, convertida na Lei nº 13.853, de 8/7/2019\)\*](#)

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

.....  
 .....

## LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e  
 Institui Normas Gerais de Direito Tributário  
 Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei regula, com fundamento na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, o sistema tributário nacional e estabelece, com fundamento no art. 5º, XV, alínea b, da Constituição Federal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

.....

### LIVRO SEGUNDO NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

.....

#### TÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### CAPÍTULO I FISCALIZAÇÃO

.....

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades. [\*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001\)\*](#)

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: (Parágrafo com redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001)

I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça; (Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001)

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa. (Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001)

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo. (Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001)

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III - parcelamento ou moratória; e (Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021)

IV - incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica. (Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021)

Art. 199. A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Parágrafo único. A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos. (Parágrafo único acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/1/2001)

.....  
.....

|                         |
|-------------------------|
| <b>FIM DO DOCUMENTO</b> |
|-------------------------|